

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Danilo Rothberg
João Luís Cardoso Tápias Ceccantini
Luiz Fernando Ayerbe
Marcelo Takeshi Yamashita
Maria Cristina Pereira Lima
Milton Terumitsu Sogabe
Newton La Scala Júnior
Pedro Angelo Pagni
Renata Junqueira de Souza
Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA

JOSEPH A. SCHUMPETER

INTRODUÇÃO

Joseph E. Stiglitz

TRADUÇÃO

Luiz Antônio Oliveira de Araújo



editora
unesp

PRÓLOGO

O CAPITALISMO PODE SOBREVIVER? Não. Não creio que possa. Mas a minha opinião, como a de qualquer outro economista que se tenha manifestado a esse respeito, é em si completamente desinteressante. O que importa em qualquer tentativa de prognóstico social não é o sim ou o não que resume os fatos e argumentos que a ele conduzem, mas os próprios fatos e argumentos. Eles contêm tudo quanto há de científico no resultado final. Tudo o mais não é ciência, e sim profecia. A análise, seja econômica, seja outra qualquer, nunca gera mais que uma explicação das tendências presentes em um modelo observável. E essas tendências jamais dizem o que *acontecerá* ao modelo, mas somente o que *pode acontecer* se elas continuarem a agir como agiram no período abrangido pela nossa observação e se nenhum outro fator intervier. "Inevitabilidade" ou "necessidade" não significa mais do que isso.

Deve-se ler o que se segue com essa reserva em mente. Mas as nossas conclusões e sua fiabilidade têm outras limitações. O processo de vida social é uma função com tantas variáveis, muitas das quais não se sujeitam a nenhum tipo de medição, que mesmo um simples diagnóstico de determinado estado de coisas se torna duvidoso, sem falar nas formidáveis fontes de erro que se abrem quando tentamos um prognóstico. Mas não convém exagerar essas

dificuldades. Veremos que as características dominantes do quadro permitem claramente certas inferências, que, sejam quais forem as qualificações que venham a ser acrescentadas, têm muita força para ser negligenciadas pelo fato de não se poder prová-las como se prova uma proposição euclidiana.

Mencionemos outro ponto antes de começar. A tese que vou me esforçar para demonstrar é de que o desempenho presente e futuro do sistema capitalista é tal que rejeita a ideia do seu colapso sob o peso do fracasso econômico, mas que o seu próprio sucesso solapa as instituições sociais que o protegem e cria, "inevitavelmente", as condições nas quais ele não poderá viver e que designam claramente o socialismo como o seu herdeiro legítimo. Portanto, a minha conclusão final não difere, por mais que o faça a argumentação de que ela decorre, da apresentada pela maioria dos autores socialistas e, em particular, por todos os marxistas. Mas, para aceitá-la, não é preciso ser socialista. O prognóstico nada implica acerca da desejabilidade do curso dos fatos que se predizem. Se um médico prevê que o seu paciente vai morrer logo, não significa que ele o deseje. Pode-se detestar o socialismo ou pelo menos encará-lo com olhos friamente críticos e, no entanto, antever o seu advento. Muitos conservadores o fizeram e fazem.

Tampouco é necessário aceitar esta conclusão para se qualificar de socialista. Pode-se admirar o socialismo e acreditar ardentemente na sua superioridade econômica, cultural e ética, mas, ao mesmo tempo, estar convencido de que a sociedade capitalista não tem nenhuma tendência à autodestruição. Aliás, há socialistas que acham que, com o passar do tempo, a ordem capitalista se fortalece e se estabiliza, de modo que é quimérico esperar o seu colapso.

5

A TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO TOTAL

A ATMOSFERA DE HOSTILIDADE AO CAPITALISMO, que em breve teremos de explicar, torna muito mais difícil do que seria em outras circunstâncias formar uma opinião racional acerca das suas realizações econômicas e culturais. Atualmente, o espírito público o trata com tanta má vontade que a condenação do capitalismo e das suas obras passou a ser quase um requisito da etiqueta da discussão. Seja qual for a sua preferência política, todo escritor ou orador se apressa a aderir a esse código e a ostentar atitude crítica, falta de "complacência", crença na inadequação das realizações capitalistas, aversão ao capitalista e simpatia pelos interesses anticapitalistas. Qualquer outra atitude é considerada não só tola, como antissocial e vista como indício de subserviência imoral. Claro está que isso é perfeitamente natural. As novas religiões sociais sempre têm tal efeito. Só que isso não facilita em nada a tarefa do analista: em 300 d. C., não devia ser fácil explicar as realizações da civilização antiga a um cristão fervoroso. Por um lado, as verdades mais óbvias são pura e simplesmente rejeitadas *a limine*;¹ por outro, toleram-se ou se aplaudem os erros mais grosseiros.

¹ No entanto, há outro método de lidar com a verdade óbvia, ainda que incômoda: o de caçar a sua banalidade. Essa caçada presta-se a jogos mentais quanto uma refutação, pois, por via

a opinião popular? Afinal, não é verdade que há pouco paralelismo entre produzir para o lucro e produzir para o consumidor e que a empresa privada é pouco mais que um dispositivo para restringir a produção a fim de extorquir lucros que se podem definir corretamente como taxas e resgates?

7

O PROCESSO DA DESTRUIÇÃO CRIATIVA

AS TEORIAS DA CONCORRÊNCIA MONOPOLISTA e oligopolista e as suas variantes populares podem ser usadas de dois modos para sustentar a opinião segundo a qual a realidade capitalista é desfavorável ao rendimento máximo na produção. É possível alegar que sempre foi assim e que a produção nunca deixou de se expandir, apesar da sabotagem secular perpetrada pela burguesia dirigente. Os defensores dessa proposição teriam de provar que a taxa de crescimento observada se pode explicar por uma sequência de circunstâncias favoráveis independentes do mecanismo da empresa privada e suficientemente fortes para vencer a resistência burguesa. É justamente essa a questão que vamos discutir no capítulo 9. Contudo, os adeptos de tal variante pelo menos contam com a vantagem de evitar o problema de ordem histórica que os partidários da proposição alternativa são obrigados a enfrentar. Esta afirma que, outrora, a realidade capitalista tendia a favorecer o rendimento produtivo máximo ou, em todo caso, um rendimento produtivo considerável a ponto de constituir um elemento importante em qualquer avaliação séria do sistema; mas que, de lá para cá, a posterior disseminação de estruturas monopolistas reverteu aquela tendência.

Primeiramente, isso envolve a criação de uma idade de ouro da concorrência perfeita inteiramente imaginária, que, em dado momento e de algum

modo, se transformou na era monopolista, muito embora seja evidente que a concorrência perfeita nunca foi mais real do que atualmente. Em segundo lugar, é mister notar que a taxa de crescimento da produção não diminuiu a partir da década de 1890, ou seja, a partir do período em que, segundo suponho, a preponderância das grandes corporações se afirmou pelo menos na indústria; que não há nada no comportamento das séries temporais da produção total que insinue uma “ruptura da tendência”; e, o mais importante, que o padrão de vida moderno das massas melhorou no período da “grande empresa” relativamente livre de entraves. Se arrolarmos os itens que entram no orçamento do operário moderno e acompanharmos a evolução dos seus preços a partir de 1899, não em termos monetários, mas de horas de trabalho para comprá-los — *i.e.*, os preços nominais de cada ano divididos pela taxa de salário-hora de cada ano —, é surpreendente a taxa do avanço que, considerando a melhora espetacular das qualidades, parece ter sido maior — e não menor — do que nunca até o presente. Se os economistas fôssemos menos dados ao pensamento volitivo e mais à observação dos fatos, duvidaríamos imediatamente do realismo de uma teoria que nos levasse a esperar um resultado muito diferente. Mas isso não é tudo. Quando entramos nos pormenores e examinamos os itens individuais nos quais o progresso foi mais conspícuo, a pista leva não à porta das firmas que operam em condições de concorrência comparativamente livre, e sim à dos grandes conglomerados — que, como no caso da mecanização da agricultura, também contribuíram para o progresso do setor competitivo —, e no nosso espírito se insinua a chocante suspeita de que talvez as grandes empresas, longe de pressionar o nível de vida para baixo, tenham-no elevado.

Na verdade, as conclusões mencionadas no fim do capítulo anterior são quase completamente falsas. No entanto, derivam de observações e teoremas quase inteiramente verdadeiros.¹ Tanto os economistas quanto os publicistas se

¹ Na realidade, tais observações e teoremas não são inteiramente satisfatórios. As exposições usuais da doutrina da concorrência imperfeita deixam, particularmente, de dar a devida atenção aos muitos casos importantes em que, até mesmo no plano da teoria estática, a concorrência imperfeita se aproxima dos resultados da concorrência perfeita. Em outros casos, os resultados diferem, mas a concorrência imperfeita oferece compensações que, embora não entrem em nenhum índice de produção, contribuem para aquilo que o índice de produção deve medir em última instância: os casos nos quais uma empresa defende o seu mercado

deixaram levar pelos fragmentos da realidade que porventura conseguiram apreender. Viram corretamente a maior parte desses fragmentos. Desenvolveram corretamente a maior parte das suas propriedades formais. Mas uma análise tão fragmentária não permite tirar nenhuma conclusão válida acerca da realidade capitalista como um todo. E, se mesmo assim as tirarmos, só acertaremos por acaso. Foi o que se fez. Mas a casualidade feliz não compareceu.

O ponto essencial a compreender é que, lidar com o capitalismo é lidar com um processo evolucionário. Pode parecer estranho alguém passar por alto um fato tão óbvio que, ademais, Karl Marx realçou há muito tempo. Entretanto, aquela análise fragmentária, que gera o grosso das nossas proposições a respeito do funcionamento do capitalismo moderno, persiste em deixá-lo de lado. Voltemos a expor esse ponto e vejamos a relevância que tem para o nosso problema.

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não só não é, como não pode ser estacionário. E o caráter evolucionário do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica transcorrer em um ambiente social e natural que se transforma incessantemente e cujas transformações alteram os dados da ação econômica; esse fato é importante e essas mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) geralmente condicionam as mutações industriais, mas não são a sua principal causa motriz. Esse caráter evolucionário também não se deve a um crescimento quase automático da população e do capital ou aos caprichos dos sistemas monetários, que tampouco figuram entre as suas principais causas motrizes. O impulso fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é dado pelos novos bens de consumo, os novos métodos de produção ou transporte, os novos mercados e as novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Como vimos no capítulo precedente, o conteúdo do orçamento do operário, digamos de 1760 a 1940, não cresceu simplesmente com base em linhas invariáveis, mas sofreu um processo de mudança qualitativa. Do mesmo modo, a história do aparato produtivo de uma fazenda típica, a partir do início

estabelecendo, por exemplo, uma reputação de qualidade e serviço. Não obstante, a fim de simplificar a exposição, não vamos questionar essa doutrina no seu próprio terreno.

da racionalização da rotação dos cultivos, da lavoura e da engorda até a mecanização atual – somada aos silos e às ferrovias – é uma história de revoluções. E de revoluções é a história do aparato produtivo da indústria do ferro e do aço, desde o forno a carvão até o de hoje, e a do aparato produtivo de energia, desde a roda hidráulica até a usina moderna, e a do transporte desde a diligência até o avião. A abertura de novos mercados, estrangeiros ou nacionais, e o desenvolvimento organizacional da oficina de artesão e da manufatura para os conglomerados como a U. S. Steel ilustram o mesmo processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica *de dentro para fora*,² destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente a nova. Esse processo de destruição criativa é o fato essencial do capitalismo. O capitalismo consiste nesse processo e é nele que toda empresa capitalista tem de viver. Esse fato é relevante para o nosso problema de duas maneiras.

Em primeiro lugar, como estamos às voltas com um processo em que todos os elementos demoram consideravelmente a revelar as suas verdadeiras características e os seus efeitos definitivos, não tem sentido avaliar o seu rendimento *ex visu* de um momento dado; cabe-nos julgá-lo ao longo do tempo, à medida que ele se desdobra em décadas ou séculos. Um sistema – qualquer sistema, econômico ou não – que, em cada momento dado, utiliza as suas possibilidades plenamente e com o maior proveito pode, no entanto, em longo prazo, ser inferior a um sistema que não o faz em *nenhum* momento dado, porque, para ele, deixar de fazê-lo pode ser uma condição para o nível ou a velocidade do rendimento em longo prazo.

Em segundo lugar, como estamos às voltas com um processo orgânico, a análise do que se passa em uma parte isolada dele – por exemplo, um conglomerado ou indústria individual – pode efetivamente esclarecer detalhes do mecanismo, mas não conduzir a conclusões mais gerais. Cada movimento da estratégia econômica só adquire o seu significado verdadeiro quando colocado em relação com esse processo e dentro da situação por ele criada. Deve

2. Essas revoluções não são rigorosamente incessantes; ocorrem em discretos acometimentos separados entre si por intervalos de comparativa calma. Todavia, o processo como um todo atua incessantemente, no sentido de que sempre há revolução ou absorção dos resultados da revolução, sendo que ambos juntos formam o que se conhece por ciclos econômicos.

ser visto no seu papel de vendaval perene de destruição criativa; não pode ser compreendido independentemente dele nem com base na hipótese de uma calma perene.

Mas é precisamente essa a hipótese adotada pelos economistas que, *ex visu* de um momento dado, examinam, por exemplo, o comportamento de uma indústria oligopolista – uma indústria consistente em algumas grandes empresas – e nela observam as conhecidas manobras e contramanobras que visam unicamente a altos preços e a restrições à produção. Eles aceitam os dados da situação momentânea como se esta não tivesse passado nem futuro e pensam que entendem o que há para entender se interpretarem o comportamento dessas empresas mediante o princípio da maximização do lucro com referência àqueles dados. A dissertação usual do teórico e o relatório usual da comissão do governo praticamente nunca tentam encarar esse comportamento, de um lado, como resultado de um fragmento da história passada e, de outro, como uma tentativa, por parte dessas empresas, de se manterem firmes num terreno que desliza sob os seus pés. Em outras palavras, o problema que usualmente se toma em consideração é como o capitalismo administra as estruturas existentes, sendo a questão relevante a de saber como as cria e como as destrói. Enquanto não o reconhecer, o investigador faz um trabalho sem sentido. Tão logo o reconhece, a sua visão das práticas capitalistas e das suas consequências sociais se modifica consideravelmente.³

A primeira coisa a ser descartada é a concepção tradicional do *modus operandi* da concorrência. Os economistas finalmente começam a sair da etapa em que só enxergavam a concorrência dos preços. Assim que a concorrência da qualidade e o esforço de venda são admitidos no recinto sagrado da teoria, a variável preço é retirada da sua posição dominante. No entanto, o que praticamente monopoliza a atenção do teórico continua sendo a concorrência em um molde rígido de condições invariantes, especialmente os métodos de produção e as formas de organização industrial. Mas, na realidade capitalista

3. Deve-se compreender que é somente a nossa avaliação do rendimento econômico que se modifica tanto, não o nosso juízo moral. Devido à sua autonomia, a aprovação ou a reprovação moral é inteiramente independente da nossa avaliação do resultado social (ou qualquer outro), a menos que adotemos um sistema moral como o utilitarismo, que faz com que a aprovação ou a reprovação moral dele dependa *ex definitione*.

(em oposição à sua imagem estampada nos manuais), o que conta não é esse tipo de concorrência, e sim a concorrência da nova mercadoria, da nova tecnologia, da nova fonte de abastecimento, do novo tipo de organização (por exemplo, a unidade de controle em grandíssima escala), ou seja, a concorrência que impõe uma vantagem decisiva em custo ou qualidade e que ataca não nas margens dos lucros e da produção das empresas existentes, mas nos seus alicerces e na sua própria existência. Esse tipo de concorrência é tão mais eficaz que a outra quanto um bombardeio em comparação com o arrombamento de uma porta, e tanto mais importante quanto passa a ser relativamente indiferente que a concorrência, no sentido ordinário, funcione mais ou menos prontamente; em todo caso, a poderosa alavanca que, em longo prazo, expande a produção e baixa os preços é feita de outra matéria.

Seria quase desnecessário mencionar que a concorrência do tipo que agora temos em mente atua não só quando se concretiza, mas também quando é meramente uma ameaça permanente. Ela disciplina antes de atacar. O homem de negócios se sente em uma situação concorrencial mesmo quando é o único no seu ramo ou, ainda que não o seja, quando ocupa uma posição tal que nenhum auditor do governo consegue detectar uma concorrência efetiva entre ele e quaisquer outras firmas do mesmo ramo ou de um ramo afim e, conseqüentemente, conclui que as suas queixas da concorrência não passam de simulacro. Em muitos casos, se bem que não em todos, essa pressão impõe em longo prazo um comportamento muito parecido com o padrão de um sistema de concorrência perfeita.

Muitos adotam o ponto de vista contrário, que ilustraremos com um exemplo. Suponhamos que em um bairro haja certo número de varejistas que tentam melhorar a sua posição relativa esforçando-se para aprimorar o serviço e a "atmosfera", mas evitam a concorrência dos preços e se atêm aos métodos da tradição local: um quadro de rotina estagnante. À medida que outros entram no negócio, esse quase equilíbrio é destruído, mas de um modo que não beneficia a clientela. Com o estreitamento do espaço econômico ao redor de cada loja, os seus proprietários já não conseguem ganhar a vida e tendem a remediar a situação elevando os preços em um acordo tácito. Isso reduz ainda mais as suas vendas e, assim, o estrangulamento sucessivo cria uma situação em que uma oferta potencial crescente vem acompanhada de

preços crescentes em vez de decrescentes, e de vendas decrescentes em vez de crescentes.

Esses casos ocorrem efetivamente, e é correto e conveniente analisá-los. Mas, como mostram os exemplos habitualmente invocados, são casos marginais encontráveis principalmente nos setores mais distantes de tudo quanto é mais característico da atividade capitalista.⁴ Além disso, são transitórios por natureza. No caso do comércio varejista, a concorrência que importa não é a das lojas adicionais do mesmo tipo, e sim a da loja de departamentos, a da cadeia de lojas, a do comércio por reembolso postal e a do supermercado, que, cedo ou tarde, destruirão essas pirâmides.⁵ Ora, uma construção teórica que descuida esse elemento essencial do caso estudado perde de vista tudo o que é mais tipicamente capitalista nele; mesmo que ela fosse lógica e factualmente correta, seria como encenar *Hamlet* sem o príncipe dinamarquês.

4. Isso também é demonstrado por um teorema que encontramos com frequência em exposições da teoria da concorrência imperfeita, a saber, o teorema segundo o qual, em condições de concorrência imperfeita, as empresas industriais e comerciais tendem a ser irracionalmente pequenas. Como, ao mesmo tempo, a competição imperfeita é considerada uma característica importantíssima da indústria moderna, só nos resta perguntar em que mundo esses teóricos vivem, a menos que eles só pensem nos casos marginais evocados acima.

5. A mera ameaça desse ataque não pode ter a sua influência disciplinadora habitual nas condições ambientais e pessoais particulares do comércio varejista em escala reduzida, pois o pequeno comerciante fica demasiado atado à sua estrutura de custo e, ainda que consiga administrar muito bem dentro das suas limitações inescapáveis, jamais poderá se adaptar aos métodos dos concorrentes que podem se dar ao luxo de vender pelo preço pelo qual ele compra.

A CIVILIZAÇÃO DO CAPITALISMO

SAINDO DO TERRENO DAS CONSIDERAÇÕES puramente econômicas, agora nos voltamos para o complemento cultural da economia capitalista – para a sua *superestrutura* sociopsicológica, se quisermos empregar a linguagem marxista – e para a mentalidade característica da sociedade capitalista e, em particular, da classe burguesa. Condensados ao extremo, os fatos significativos podem ser apresentados como se segue.

Há cinquenta mil anos, o homem enfrentava os perigos e as oportunidades do seu meio de um modo que alguns pré-historiadores, sociólogos e etnólogos concordam que era mais ou menos equivalente à atitude dos selvagens modernos.¹ Dois elementos dessa atitude são especialmente importantes

¹ Esse tipo de pesquisa remonta a um passado distante. Mas creio que as obras de Lucien Lévy-Bruhl marcaram o ponto de partida de uma nova etapa científica. Cf., em particular, *Fonction mentales dans les sociétés inférieures* (1909) e *Le surnaturel et la nature dans la mentalité primitive* (1931). Há um longo caminho entre a posição sustentada no primeiro trabalho e a mantida no segundo, cujos marcos são discerníveis em *Mentalité primitive* (1921) e *L'âme primitive* (1927). Para nós, Lévy-Bruhl é uma autoridade particularmente útil porque compartilha plenamente a nossa tese – aliás, a sua obra parte dela –, segundo a qual as funções “executivas” do pensamento e da estrutura mental do homem são determinadas, pelo menos parcialmente, pela

para nós: a natureza “coletiva” e “afetiva” do processo mental primitivo e, superpondo-se parcialmente a ela, o papel do que aqui chamarei, não muito corretamente, de magia. Com o primeiro elemento, designo o fato de que, nos grupos sociais pequenos e indiferenciados ou não muito diferenciados, as ideias coletivas se impõem ao espírito individual com muito mais rigor do que nos grupos grandes e complexos; e de que se chega a conclusões e decisões por métodos que, do nosso ponto de vista, podem se caracterizar por um critério negativo: a indiferença pelo que chamamos de lógica e, em particular, pela regra que exclui a contradição. E, com o segundo, refiro-me ao uso de um conjunto de crenças que, na realidade, não são inteiramente desligadas da experiência – nenhum artifício de magia pode sobreviver a uma série ininterrupta de fracassos –, mas que se inserem na sequência de fenômenos observados, entidades ou influências derivadas de fontes não empíricas.² A semelhança desse tipo de processo mental com o dos neuróticos foi observada por G. Dromard (1911; a sua expressão *délire d'interprétation* é especialmente sugestiva) e por S. Freud (*Totem und Tabu*, 1913). Mas isso não quer dizer que ele seja estranho à mente do homem normal contemporâneo. Pelo contrário, qualquer discussão de questões políticas há de convencer o leitor de que um grupo grande dos nossos processos mentais – importantíssimo do ponto de vista da ação – tem exatamente a mesma natureza.

Consequentemente, o pensamento ou o comportamento racional e uma civilização racionalista não pressupõem a ausência dos critérios mencionados, mas somente uma ampliação lenta, mas incessante, do setor da vida social no qual os indivíduos ou grupos enfrentam determinada situação, primeiramente, procurando dela tirar o máximo proveito possível, confiando mais ou menos – mas nunca inteiramente – nas suas próprias faculdades; em segundo lugar, fazendo-o de acordo com as regras da coerência que chamamos de

estrutura da sociedade na qual se desenvolvem. Pouco importa que, no caso de Lévy-Bruhl, esse princípio provenha não de Marx, mas de Comte.

2 Um crítico benevolente da passagem acima censurou-me dizendo que não é possível que eu creia no que ela diz, pois, nesse caso, eu devia considerar a “força” do físico como um procedimento mágico. É precisamente isso que quero dizer, a não ser que se convenha que a palavra “força” é simplesmente o nome de uma constante multiplicada pela segunda derivativa de tempo de deslocamento. Cf. a última frase do parágrafo.

lógica; e, em terceiro, fazendo-o com base e suposições que satisfaçam duas condições: que o seu número seja mínimo e que todas elas possam se exprimir em termos de experiência potencial.³

Tudo isso é, naturalmente, muito inadequado, mas basta para o nosso propósito. No entanto, há mais um ponto no conceito de civilizações racionalistas que mencionarei aqui para referência futura. Quando está suficientemente desenvolvido, o hábito da análise racional das tarefas cotidianas da vida e do comportamento racional perante elas se volta para a massa de ideias coletivas, critica-as e, até certo ponto, as “racionaliza” mediante perguntas como, por exemplo, o que justifica a existência dos reis e dos papas, ou a da subordinação, ou a dos dízimos, ou a da propriedade. Incidentalmente, é importante notar que, embora a maioria de nós aceite essa atitude como sintoma de um “estágio superior” do desenvolvimento mental, esse juízo de valor não é confirmado necessariamente e em todos os sentidos pela experiência. A atitude racionalista pode lançar mão de informações e técnicas tão inadequadas que, para um observador de um período ulterior, as ações – e especialmente uma propensão cirúrgica geral – por ela induzidas chegam a parecer inferiores, mesmo de um ponto de vista puramente intelectual, às ações e às propensões anticirúrgicas associadas a atitudes que a maioria dos contemporâneos se sente inclinada a atribuir a um Q. I. baixo. Grande parte do pensamento político dos séculos XVII e XVIII ilustra essa verdade sempre esquecida. Não só em profundidade de visão social, como também em análise lógica, a posteriori contracrítica “conservadora” era claramente superior, embora não passasse de motivo de riso para os escritores do Iluminismo.

Ora, presumivelmente, a atitude racional se impôs ao espírito humano principalmente por necessidade econômica; é à nossa tarefa econômica cotidiana que nós, enquanto raça, devemos o nosso treinamento elementar em pensamento e comportamento racionais: não hesito em dizer que toda lógica deriva do padrão de decisão econômica ou, para usar uma das minhas frases prediletas, o padrão econômico é a matriz da lógica. Isso parece plausível pelo seguinte motivo: suponhamos que um homem “primitivo” use a mais elementar das máquinas, já apreciada pelos nossos primos gorilas, uma vara, e que essa vara se

3 Escolhi essa expressão kantiana a fim de evitar uma objeção óbvia.

quebre na sua mão. Se ele tentar remediar o dano recitando uma fórmula mágica – poderia, por exemplo, murmurar Oferta e Demanda ou Planejamento e Controle na expectativa de que, se repetir as palavras exatamente nove vezes, os dois fragmentos voltem a se unir –, significa que o nosso homem ainda não saiu da esfera do pensamento pré-racional. Se procurar a melhor maneira de juntar os fragmentos ou de obter outra vara, ele será racional no nosso sentido. É claro que as duas atitudes são possíveis. Mas é evidente que, nesta e na maioria das outras ações econômicas, o malogro de uma fórmula mágica será muito mais óbvio do que seria o de uma fórmula destinada a tornar o nosso homem vitorioso em um combate ou feliz no amor ou a livrar a sua consciência do peso da culpa. Isso se deve ao rigor inexorável e, na maior parte dos casos, ao caráter quantitativo que distingue a economia das outras esferas da ação humana, talvez também à impávida monotonia do ritmo interminável das necessidades e satisfações econômicas. Uma vez forjado, o hábito racional, sob a influência pedagógica das experiências favoráveis, se dissemina pelas outras esferas e também abre os olhos humanos para essa coisa prodigiosa que é o fato.

Esse processo é independente de qualquer roupagem particular da atividade econômica, portanto, também da roupagem capitalista. O mesmo vale para a motivação do lucro e o interesse egoísta. O homem pré-capitalista não é, na realidade, menos “rapinante” que o capitalista. Os servos da gleba, por exemplo, ou os senhores feudais afirmavam os seus interesses egoístas com uma energia perfeitamente brutal. Mas o capitalismo desenvolve a racionalidade do comportamento e lhe acrescenta um novo gume de duas maneiras interconectadas.

Em primeiro lugar, eleva a unidade monetária – que não é criação do capitalismo – a unidade contábil. Quer dizer, a prática capitalista transforma a unidade de dinheiro em uma ferramenta dos cálculos racionais de custo e lucro, da qual o grande monumento é a contabilidade de partidas dobradas.⁴

4 Esse elemento foi sublinhado e, *more suo*, supersublinhado por Sombart. A contabilidade de partidas dobradas foi a última etapa de um longo e tortuoso caminho. O seu predecessor imediato foi o costume de fazer, de vez em quando, um inventário e calcular o lucro ou o prejuízo; cf. A. Saporiti in *Biblioteca Storica Toscana*, VII, 1932. O tratado de contabilidade de Luca Pacioli, 1494, representa pela sua data um marco importante. Para a história e a sociologia do Estado, é vital observar que a contabilidade racional só foi introduzida na administração dos fundos

Nem entrar nessa questão, notemos que o cálculo custo-lucro, produto sobretudo da evolução rumo à racionalidade econômica, tem, por sua vez, efeito sobre essa racionalidade; cristalizando e definindo numericamente, dá um forte impulso à lógica empresarial. E, assim definido e quantificado no setor econômico, esse tipo de lógica ou de atitude ou de método inicia então a sua carreira de conquistador, subjugando – racionalizando – as ferramentas e as filosofias do homem, a sua prática médica, a sua imagem do cosmo, a sua visão da vida; na realidade, tudo, inclusive o seu conceito de beleza e de justiça e as suas ambições espirituais.

Nesse aspecto, é altamente significativo que a ciência matemático-experimental moderna se tenha desenvolvido, nos séculos XV, XVI e XVII, não paralelamente ao processo social que se costuma denominar “ascensão do capitalismo”, como também fora da fortaleza do pensamento escolástico e frente à sua desdenhosa hostilidade. No século XV, a matemática se ocupava principalmente de questões de aritmética comercial e de arquitetura. Os inventos mecânicos utilitários, inventados pelo homem do tipo artesão, estavam na origem da física moderna. O robusto individualismo de Galileu era o individualismo da classe capitalista em ascensão. O médico começou a se alçar acima da parteira e do barbeiro. O artista, que era ao mesmo tempo engenheiro e empresário – do tipo imortalizado por homens como Da Vinci, Alberti, Cellini; o próprio Dürer trabalhou em planos de fortificação –, fornece a melhor ilustração do meu pensamento. Ao maldizer tudo isso, os professores escolásticos das universidades italianas mostraram ter mais senso do que lhes atribuímos. O problema não era com as afirmações heterodoxas individuais. Qualquer escolástico decente era considerado capaz de manipular os seus textos para que se ajustassem ao sistema copernicano. Mas esses professores perceberam muito corretamente o espírito por trás daquelas proezas – o espírito do individualismo racionalista, o espírito gerado pelo capitalismo em ascensão.

Em segundo lugar, o capitalismo em ascensão produziu não só a atitude mental da ciência moderna, que consiste em fazer certas perguntas e em tratar de respondê-las de certo modo, como também o homem e os meios.

públicos no século XVIII e que, mesmo então, o foi de modo imperfeito e na forma rudimentar da contabilidade “cameralista”.

Destruindo o ambiente feudal e perturbando a paz intelectual da casa senhorial e da aldeia (embora sempre houvesse muito que discutir e disputar em um convento), mas especialmente criando o espaço social para uma nova classe, que se arrimava na realização individual no campo econômico, ele, por sua vez, atraiu para esse campo as vontades e os intelectos vigorosos. A vida econômica pré-capitalista não dava espaço para realizações que possibilitassem transpor as barreiras de classe ou, para expressá-lo de outro modo, que fossem susceptíveis de criar posições sociais comparáveis às dos membros das classes então dominantes. Não que ela inibisse a ascensão em geral.⁵ Mas a atividade econômica, falando em termos amplos, era de índole essencialmente subalterna, inclusive no caso dos artesãos que subiam à cúpula das guildas – e dela dificilmente conseguiam sair. As principais vias de a ascensão social e grandes rendas eram a Igreja – quase tão acessível durante a Idade Média quanto é hoje –, à qual podemos acrescentar os tribunais dos grandes latifundiários e a hierarquia dos senhores da guerra – bastante acessíveis para qualquer homem física e psiquicamente capaz até a metade do século XII e não totalmente inacessíveis depois dele. Só quando a empresa capitalista – primeiro comercial e financeira, depois mineira e enfim industrial – desenvolveu as suas possibilidades, a capacidade e a ambição supranormais começaram a transformar os negócios em uma terceira via. O sucesso era rápido e conspícuo, mas se tem exagerado muito o prestígio social que o acompanhou inicialmente. Se examinarmos de perto a carreira de Jacob Fugger, por exemplo, ou a de Agostino Chigi, constatamos facilmente que eles tiveram muito pouco a ver com o rumo da política de Carlos V ou do papa Leão X e que pagaram um alto preço pelos privilégios que gozaram.⁶ Entretanto, o sucesso empresarial fascinava

5 Estamos demasiado inclinados a considerar a estrutura social medieval estática e rígida. Na verdade, houve uma incessante *circulation des aristocraties*, para usar a expressão de Pareto. Os elementos que compunham o estrato superior por volta de 900 haviam praticamente desaparecido em 1500.

6 Os Médici não são realmente uma exceção, porque, embora a sua fortuna os tenha ajudado a obter o controle da república florentina, é esse controle, e não a riqueza *per se*, que explica o papel desempenhado pela família. Em todo caso, eles são os únicos mercadores que ascenderam a ponto de se colocar em pé de igualdade com o estrato superior do mundo feudal. Só encontramos exceções reais ali onde a evolução capitalista criou um ambiente ou destruiu completamente o estrato feudal: por exemplo, em Veneza e na Holanda.

eficientemente a todos, salvo os extratos mais elevados da sociedade feudal, para atrair a maioria dos melhores cérebros e, assim, gerar mais sucesso – e energia adicional com que alimentar o motor racionalista. Nesse sentido, o capitalismo – e não simplesmente a atividade econômica em geral – foi a força propulsora da racionalização do comportamento humano.

E agora, depois de prolongada espera, estamos enfim diante do objetivo imediato ao qual nos devia trazer esta argumentação complexa, posto que muito simplificada.⁷ Não só a fábrica mecanizada moderna e o volume da produção que ela brota, não só a tecnologia e a organização econômica modernas, mas também todas as características e realizações da civilização moderna são, direta ou indiretamente, produtos do processo capitalista. Devem ser incluídos em todo balanço dele e em todo veredicto sobre os seus feitos e malfeitos.

Temos o crescimento da ciência racional e a longa lista das suas aplicações. Os aviões, os refrigeradores, os televisores, e assim por diante, são imediatamente reconhecíveis como frutos da economia do lucro. Mas, ainda que, em regra, os hospitais modernos não sejam operados com fins lucrativos, não deixam de ser produtos do capitalismo não só, reitero, porque o processo capitalista fornece os meios e a vontade, como porque – e muito mais fundamentalmente – a racionalidade capitalista supriu os hábitos mentais que desenvolveram os métodos usados nesses hospitais. E as vitórias, ainda não completamente obtidas, mas a caminho disso, sobre a sífilis, a tuberculose e o câncer serão realizações capitalistas tanto quanto os automóveis, os oleodutos ou o aço Bessemer. No caso da medicina, há uma profissão capitalista por trás dos métodos, capitalista tanto porque, em grande medida, opera em um espírito de negócio quanto porque é uma emulsão da burguesia industrial e comercial. Mas, mesmo que não fosse assim, a medicina e a higiene modernas não deixariam de ser subprodutos do processo capitalista, assim como a educação moderna.

Temos a arte capitalista e o estilo de vida capitalista. Se nos restringirmos à pintura como exemplo, tanto a bem da brevidade quanto porque,

7 O objetivo *imediato*, porque a análise contida nas últimas páginas nos será útil para outros propósitos. Na realidade, ela é fundamental para toda e qualquer discussão séria do grande tema do capitalismo e do socialismo.

nesse campo, a minha ignorância é ligeiramente menos completa do que nos demais, e se (equivocadamente, na minha opinião) concordarmos em tomar como ponto de partida de uma época os afrescos na capela Arena e seguirmos a linha (por detestáveis que sejam tais argumentos "lineares") Giotto-Macaccio-Vinci-Michelangelo-Greco, ainda que se enfatizem até não mais poder os ardores místicos deste, não se pode obliterar o meu ponto de vista perante ninguém que tenha olhos para ver. E os experimentos de Vinci se oferecem aos incrédulos que desejam, por assim dizer, tocar a racionalidade capitalista com a ponta dos dedos. Se a projetarmos, essa linha (sim, eu sei) pode nos levar (ainda que talvez à força) ao contraste entre Delacroix e Ingres. E eis que chegamos: Cézanne, Van Gogh, Picasso ou Matisse se encarregam do resto. A liquidação expressionista das formas objetivas nos oferece uma conclusão maravilhosamente lógica. A história do romance capitalista (que culmina com o de Goncourt: "Documents written up") seria um exemplo melhor ainda. Mas isso é óbvio. A evolução do estilo de vida capitalista pode ser facilmente descrita – e talvez de maneira mais reveladora – em termos da gênese do traje de passeio.

Temos, enfim, tudo quanto se pode agrupar em torno ao ponto central simbólico do liberalismo de Gladstone. A expressão "democracia individualista" seria igualmente pertinente, aliás, melhor, pois com ela queremos abranger algumas coisas que Gladstone não aprovaria e uma atitude moral e espiritual que, acoitada na cidadela da fé, ele na verdade detestava. Poderia me deter aqui se a liturgia radical não consistisse em grande parte em pitorescos desmentidos do que pretendo expressar. Os radicais podem proclamar que as massas continuam clamando pela salvação do padecimento insuportável e arrastam os seus grilhões na escuridão e no desespero, mas é claro que nunca houve tanta liberdade pessoal – do espírito e do corpo – *para todos*; nunca tanta disposição a tolerar e até a financiar os inimigos mortais da classe dominante, nunca tanta simpatia ativa pelo sofrimento real e simulado, nunca tanta propensão a aceitar encargos sociais como na sociedade capitalista moderna, e tudo quanto há de democracia, fora das comunidades rurais, se desenvolveu historicamente na esteira do capitalismo tanto moderno quanto antigo. Uma vez mais, podem-se citar muitos fatos do passado para montar um contra-argumento que, por eficaz que seja, é irrelevante em uma

discussão das condições presentes e das alternativas futuras.⁸ Se decidirmos deveras empreender uma disquisição histórica, até mesmo muitos dos fatos que, aos olhos dos críticos radicais, podem parecer adequadíssimos à sua tese terão, com frequência, outra aparência quando vistos à luz de uma comparação com os fatos correspondentes da experiência pré-capitalista. E não se pode replicar que "aqueles eram tempos diferentes", já que foi justamente a evolução capitalista que fez a diferença.

Devem-se mencionar especialmente dois pontos. Indiquei anteriormente que a legislação social ou, de um modo mais geral, as reformas institucionais em benefício das massas não são uma coisa simplesmente imposta à sociedade capitalista pela necessidade inelutável de aliviar a miséria cada vez mais profunda dos pobres; nada disso: ocorre além de elevar o padrão de vida das massas graças aos seus efeitos automáticos, o processo capitalista também propicia os meios "e a vontade" indispensáveis a essa legislação. As palavras entre aspas requerem uma explicação complementar que se encontra no princípio da propagação da racionalidade. O processo capitalista racionaliza o comportamento e as ideias e, assim fazendo, expulsa do nosso espírito, juntamente com a crença metafísica, todo tipo de ideias místicas e românticas. Desse modo, remodela não só os métodos de alcançarmos os nossos objetivos, como também esses mesmos objetivos finais. O "livre-pensamento", no sentido de monismo materialista, laicismo e aceitação prática do mundo do lado de cá do túmulo, deriva dessa reconfiguração não por uma necessidade lógica, mas, apesar disso, com muita naturalidade. Por um lado, o nosso senso de dever herdado, privado da sua base tradicional, passa a se concentrar em ideias utilitárias acerca do melhoramento da humanidade, que, sem dúvida muito illogicamente, parece resistir mais à crítica racionalista do que o faz, por exemplo, o temor a Deus. Por outro, essa mesma racionalização da alma despoja os direitos de classe, sejam quais forem, de todo *glamour* de sanção supraempírica. E isso, junto com o entusiasmo tipicamente capitalista pela eficiência e o serviço – tão completamente diferente do corpo de ideias que

8 Até Marx, em cuja época as acusações desse tipo estavam longe de ser tão absurdas como hoje, evidentemente achava conveniente fortalecer o seu argumento insistindo em situações que, mesmo então, estavam superadas ou em vias de desaparecer.

o cavaleiro típico de outrora associaria a tais palavras – engendra essa “vontade” no seio da própria burguesia. O feminismo, fenômeno essencialmente capitalista, ilustra ainda mais claramente esse ponto. O leitor há de perceber que é preciso entender essas tendências “objetivamente” e que, portanto, nenhum *discurso* antifeminista ou antirreformista e inclusive nenhuma oposição temporária a qualquer medida particular pode provar o que quer que seja contra esta análise. Tais coisas são precisamente sintomas das tendências que elas pretendem combater. Voltaremos a isso nos próximos capítulos.

Ademais, a civilização capitalista é racionalista e “anti-heroica”; as duas coisas a par e par, é claro. O sucesso na indústria e no comércio requer muita estamina; contudo, as atividades industrial e comercial são essencialmente não heroicas no sentido do cavaleiro – nada de brandir espadas, de proezas físicas, de galopar a cavalo encouraçado ao encontro do inimigo (de preferência herege ou pagão) –, e a ideologia que glorifica a ideia de lutar por lutar e da vitória pela vitória definha no escritório, em meio às colunas de cifras. Consequentemente, sendo dona de bens capazes de atrair o assaltante e o coletor de impostos e não compartilhando ou até detestando a ideologia do guerreiro, que conflita com o seu utilitarismo “racional”, a burguesia industrial e comercial é fundamentalmente pacifista e costuma fazer questão da aplicação dos preceitos morais da vida privada às relações internacionais. É verdade que, ao contrário da maioria, mas como algumas outras características da civilização capitalista, o pacifismo e a moralidade internacional também foram adotados em ambientes não capitalistas e por instituições pré-capitalistas, por exemplo, pela Igreja romana na Idade Média. Não obstante, a moralidade internacional e o pacifismo modernos são produtos do capitalismo.

Já que, como vimos na primeira parte deste livro, a doutrina marxista – especialmente a neomarxista, e inclusive uma parte considerável da opinião não socialista – se opõe vigorosamente a esta proposição,⁹ faz-se necessário observar que ela não tenciona negar que muitas burguesias travaram combates magníficos em defesa da pátria, ou que comunidades quase puramente burguesas – como a ateniense e a veneziana – muitas vezes foram agressivas quando lhes foi conveniente, ou que a burguesia sempre rejeitou

os lucros da guerra e as vantagens do crescimento do comércio pela conquista e nunca se deixou recrutar pelo nacionalismo belicoso dos seus senhores ou líderes feudais ou pela propaganda de algum grupo especialmente interessado. Só afirmo, para começar, que tais exemplos de combatividade capitalista não se explicam – exclusiva ou primordialmente como pretende o marxismo – em termos de interesses ou situações de classe que engendrem sistematicamente guerras de conquista capitalistas; em seguida, que há uma diferença entre fazer aquilo que se considera a tarefa normal da vida, para a qual cada um se prepara permanentemente e em cujos termos se define o sucesso ou o fracasso de toda uma existência, e se entregar a uma atividade alheia à própria pessoa, à qual seu trabalho e mentalidade não se ajustam e na qual o êxito aumenta o prestígio da menos burguesa das profissões; e, por fim, que essa diferença peleja constantemente – tanto nas questões internacionais quanto nas nacionais – contra o uso da força militar em favor das soluções pacíficas, inclusive quando o saldo da vantagem pecuniária está claramente do lado da guerra, coisa que, nas circunstâncias modernas, não tem muita probabilidade de acontecer. Na realidade, quanto mais completamente capitalista forem a estrutura e a atitude de uma nação, constata-se que mais pacifista e mais propensa a contar os custos da guerra ela é. Devido à natureza complexa de cada modelo específico, isso só poderia ser plenamente demonstrado mediante uma análise histórica pormenorizada. Mas a atitude burguesa para com o militar (exércitos permanentes), o espírito e os métodos com os quais as sociedades burguesas fazem a guerra, bem como a disposição com que, em todo caso sério de conflito prolongado, elas se submetem a princípios não burgueses são conclusivos por si mesmos. Portanto, a teoria marxista segundo a qual o imperialismo é a fase superior (ou derradeira) da evolução capitalista malogra independentemente de quaisquer objeções puramente econômicas.

Mas não vou recapitular, como é presumível que o leitor espere. Quer dizer, não vou convidá-lo, antes que ele decida depositar confiança em uma alternativa não testada preconizada por homens não testados, a olhar uma vez mais para a impressionante realização econômica e a ainda mais impressionante realização cultural da ordem capitalista e para a promessa imensa que ambas fazem. Não me proponho a sustentar que essas realizações e essa promessa

⁹ Cf. a nossa discussão da teoria marxista do imperialismo, Parte 1, cap. IV.

o cavaleiro típico de outrora associaria a tais palavras – engendra essa “vontade” no seio da própria burguesia. O feminismo, fenômeno essencialmente capitalista, ilustra ainda mais claramente esse ponto. O leitor há de perceber que é preciso entender essas tendências “objetivamente” e que, portanto, nenhum *discurso* antifeminista ou antirreformista e inclusive nenhuma oposição temporária a qualquer medida particular pode provar o que quer que seja contra esta análise. Tais coisas são precisamente sintomas das tendências que elas pretendem combater. Voltaremos a isso nos próximos capítulos.

Ademais, a civilização capitalista é racionalista e “anti-heroica”; as duas coisas a par e par, é claro. O sucesso na indústria e no comércio requer muita estamina; contudo, as atividades industrial e comercial são essencialmente não heroicas no sentido do cavaleiro – nada de brandir espadas, de proezas físicas, de galopar a cavalo encouraçado ao encontro do inimigo (de preferência herege ou pagão) –, e a ideologia que glorifica a ideia de lutar por lutar e da vitória pela vitória define no escritório, em meio às colunas de cifras. Consequentemente, sendo dona de bens capazes de atrair o assaltante e o coletor de impostos e não compartilhando ou até detestando a ideologia do guerreiro, que conflita com o seu utilitarismo “racional”, a burguesia industrial e comercial é fundamentalmente pacifista e costuma fazer questão da aplicação dos preceitos morais da vida privada às relações internacionais. É verdade que, ao contrário da maioria, mas como algumas outras características da civilização capitalista, o pacifismo e a moralidade internacional também foram adotados em ambientes não capitalistas e por instituições pré-capitalistas, por exemplo, pela Igreja romana na Idade Média. Não obstante, a moralidade internacional e o pacifismo modernos são produtos do capitalismo.

Já que, como vimos na primeira parte deste livro, a doutrina marxista – especialmente a neomarxista, e inclusive uma parte considerável da opinião não socialista – se opõe vigorosamente a esta proposição,⁹ faz-se necessário observar que ela não tenciona negar que muitas burguesias travaram combates magníficos em defesa da pátria, ou que comunidades quase puramente burguesas – como a ateniense e a veneziana – muitas vezes foram agressivas quando lhes foi conveniente, ou que a burguesia sempre rejeitou

9 Cf. a nossa discussão da teoria marxista do imperialismo, Parte 1, cap. 1v.

os lucros da guerra e as vantagens do crescimento do comércio pela conquista e nunca se deixou recrutar pelo nacionalismo belicoso dos seus senhores ou líderes feudais ou pela propaganda de algum grupo especialmente interessado. Só afirmo, para começar, que tais exemplos de combatividade capitalista não se explicam – exclusiva ou primordialmente como pretende o marxismo – em termos de interesses ou situações de classe que engendrem sistematicamente guerras de conquista capitalistas; em seguida, que há uma diferença entre fazer aquilo que se considera a tarefa normal da vida, para a qual cada um se prepara permanentemente e em cujos termos se define o sucesso ou o fracasso de toda uma existência, e se entregar a uma atividade alheia à própria pessoa, à qual seu trabalho e mentalidade não se ajustam e na qual o êxito aumenta o prestígio da menos burguesa das profissões; e, por fim, que essa diferença peleja constantemente – tanto nas questões internacionais quanto nas nacionais – contra o uso da força militar e a favor das soluções pacíficas, inclusive quando o saldo da vantagem pecuniária está claramente do lado da guerra, coisa que, nas circunstâncias modernas, não tem muita probabilidade de acontecer. Na realidade, quanto mais completamente capitalista forem a estrutura e a atitude de uma nação, constata-se que mais pacifista e mais propensa a contar os custos da guerra ela é. Devido à natureza complexa de cada modelo específico, isso só poderia ser plenamente demonstrado mediante uma análise histórica pormenorizada. Mas a atitude burguesa para com o militar (exércitos permanentes), o espírito e os métodos com os quais as sociedades burguesas fazem a guerra, bem como a disposição com que, em todo caso sério de conflito prolongado, elas se submetem a princípios não burgueses são conclusivos por si mesmos. Portanto, a teoria marxista segundo a qual o imperialismo é a fase superior (ou derradeira) da evolução capitalista malogra independentemente de quaisquer objeções puramente econômicas.

Mas não vou recapitular, como é presumível que o leitor espere. Quer dizer, não vou convidá-lo, antes que ele decida depositar confiança em uma alternativa não testada preconizada por homens não testados, a olhar uma vez mais para a impressionante realização econômica e a ainda mais impressionante realização cultural da ordem capitalista e para a promessa imensa que ambas fazem. Não me proponho a sustentar que essas realizações e essa promessa

bastem por si sós para estear a tese de que se deve permitir que o sistema capitalista continue funcionando e, como se poderia demonstrar facilmente, livre os ombros da humanidade do fardo da pobreza.

Isso não teria sentido. Mesmo que a humanidade tivesse tanta liberdade de escolha quanto o empresário a tem para optar entre duas máquinas concorrentes, nenhum juízo de valor decisivo decorre necessariamente dos fatos e das relações entre os fatos que tentei esclarecer. No que se refere ao rendimento econômico, não se segue que os homens sejam "mais felizes" ou estejam "mais à vontade" na sociedade industrial de hoje do que em um feudo ou em uma aldeia medieval. Quanto ao desempenho cultural, pode-se aceitar cada uma das palavras que escrevi e, no entanto, detestar do fundo do coração o seu utilitarismo e a destruição total dos valores espirituais que ele traz consigo. De resto, como ainda voltarei a sublinhar na nossa discussão da alternativa socialista, pode-se ter menos interesse pela eficiência do sistema capitalista na produção de valores econômicos e culturais do que pelo tipo de ser humano moldado pelo capitalismo e depois abandonado à própria sorte, ou seja, livre para arruinar a sua vida. Há um tipo de extremista cuja sentença condenatória contra a civilização capitalista se alicerça unicamente na estupidez, na ignorância ou na irresponsabilidade, que não pode ou não quer reconhecer os fatos mais óbvios e muito menos as suas implicações mais amplas. Mas mesmo quem se encontra em um plano superior é susceptível de chegar a um veredicto completamente hostil.

Não obstante, favoráveis ou não, os juízos de valor sobre o rendimento capitalista são de pouco interesse, pois a humanidade não é livre para escolher. Isso não se deve apenas ao fato de a massa das pessoas não ter condições de comparar alternativas racionalmente e tender a sempre aceitar o que lhes dizem. Há um motivo muito mais profundo. Os fenômenos econômicos e sociais são movidos por impulso próprio, e as situações resultantes compelem os indivíduos e os grupos, queiram ou não, a se comportarem de determinadas maneiras: não por lhes destruírem a liberdade de escolha, mas por moldarem as suas preferências e reduzirem as possibilidades de opção. Se isso é a quintessência do marxismo, só nos cabe tratar de ser marxistas. Consequentemente, o rendimento capitalista não serve nem mesmo para um prognóstico. A maioria das civilizações desapareceram sem ter tido tempo de cumprir todas as suas

promessas. Por isso não vou argumentar, com base no vigor desse rendimento, que seja provável que o *intermezzo* capitalista se prolongue. Aliás, agora vou chegar justamente à conclusão oposta.

HOSTILIDADE CRESCENTE

I. A atmosfera social do capitalismo

A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOIS CAPÍTULOS precedentes, não devia ser difícil entender como o processo capitalista produziu essa atmosfera de hostilidade quase universal à sua ordem social, à qual me referi no início desta parte. O fenômeno é tão surpreendente e tanto a explicação marxista quanto a popular são tão inadequadas que é desejável desenvolver um pouco mais a sua teoria.

1. Como vimos, o processo capitalista acaba minimizando a importância da função pela qual vive a classe capitalista. Também vimos que ele tende a retirar as camadas protetoras, a desmontar as suas próprias defesas, a dispersar as guarnições das suas trincheiras. E, enfim, vimos que o capitalismo cria uma atitude mental crítica que, depois de ter destruído a autoridade moral de tantas outras instituições, no fim se volta contra a sua própria; o burguês desconfia com assombro que a atitude racionalista não se restringe a questionar a legitimidade dos reis e dos papas, mas também ataca a propriedade privada e todo o esquema de valores burgueses.

Assim, a fortaleza burguesa fica politicamente indefesa. As fortalezas indefesas são um convite à agressão, especialmente quando contêm um

butim valioso. Os agressores se colocam em um estado de hostilidade racionalizada, como de costume.¹ Sem dúvida, é possível suborná-los durante algum tempo. Mas esse último recurso deixa de funcionar quando eles descobrem que podem se apoderar de tudo. Isso explica em parte aquilo que nos propomos a explicar. Até onde é válido – já que, naturalmente, não explica o fenômeno por completo –, esse elemento da nossa teoria é confirmado pela alta correlação que existe historicamente entre a indefensabilidade burguesa e a hostilidade à ordem capitalista: embora tivesse muito mais razão para crescer, a hostilidade de princípio era mínima quando não faltava segurança à posição burguesa; ela se propagou *pari passu* com o desabamento das paredes protetoras.

2. Mas seria perfeitamente possível perguntar e, aliás, muitos industriais sinceramente convencidos de que cumprem o seu dever com todas as classes da sociedade se perguntam com ingênuo espanto: por que a ordem capitalista precisaria da proteção de poderes extracapitalistas ou de lealdades extrarracionais? Ela não pode sair triunfante da provação? Os nossos argumentos anteriores não mostraram suficientemente que não lhe faltam credenciais utilitárias que apresentar? Não é possível fazer uma defesa perfeita dela? E esses industriais decerto não hão de deixar de assinalar que um operário consciente, ao ponderar os prós e os contras do seu contrato com, por exemplo, um dos grandes conglomerados do aço ou do automóvel pode muito bem chegar à conclusão de que, tendo tudo em conta, ele não está em situação tão ruim assim e que as vantagens dessa barganha não ficam todas só de um lado. Sim, com certeza; só que tudo isso é irrelevante.

Porque, primeiramente, é um erro acreditar que o ataque político surge principalmente de uma querela e pode ser paralisado por uma justificação. Não se pode enfrentar efetivamente a crítica política com argumentos racionais. O fato de a crítica à ordem capitalista proceder de uma atitude mental crítica, *i.e.*, de uma mentalidade que desdenha a lealdade a valores

¹ Espero que o meu uso do verbo "racionalizar" com dois significados diferentes não suscite confusão. Uma fábrica é "racionalizada" quando aumenta a sua eficácia produtiva por unidade de gasto. "Racionalizamos" uma ação nossa quando suprimos a nós mesmos e aos demais de razões para que ela satisfaça a nossa pauta de valores independentemente de quais sejam os nossos verdadeiros impulsos.

racional não leva a que a refutação racional seja aceita. Tal refutação pode rasgar a indumentária do ataque, mas não atinge a força motriz extrarracional que sempre se esconde atrás dele. A racionalidade capitalista não elimina as impulsões sub-racionais ou superracionais. Simplesmente faz com que elas se descontrolam ao lhes suprimir o freio da tradição sagrada ou semissagrada. Em uma civilização que carece de meios e até de vontade de discipliná-las e guiá-las, essas impulsões se revoltam. E, quando se revoltam, pouco importa que, em uma cultura racionalista, as suas manifestações geralmente sejam racionalizadas de algum modo. Assim como nunca se cobraram justificações utilitárias dos reis, dos senhores e dos papas em um estado de ânimo racional que aceitasse a possibilidade de uma resposta satisfatória, o capitalismo é julgado por juízes que já estão com a sentença de morte no bolso. Vão preferi-la, seja qual for a defesa que ouçam; o único sucesso que uma defesa histórica talvez possa alcançar é uma mudança na acusação. A razão utilitária, em qualquer caso, frágil para impulsionar uma ação coletiva. Em hipótese alguma pode competir com os determinantes extrarracionais de conduta.

Em segundo lugar, o sucesso da acusação fica bem compreensível quando nos damos conta do que implicaria a aceitação da defesa do capitalismo. Essa defesa, mesmo que fosse muito mais vigorosa do que realmente é, não poderia ser simplificada. Para compreendê-la, o grande público teria de ser dotado de um discernimento e de uma capacidade de análise além do seu alcance. Ora, praticamente todo disparate que já se disse a respeito do capitalismo teve como campeão um economista profissional. No entanto, mesmo desconsiderando isso, o reconhecimento racional do desempenho econômico do capitalismo e das esperanças que nele se pode ter exigiria dos pobres uma façanha moral quase impossível. Essas realizações só se sobressaem quando adotamos uma perspectiva distante; qualquer argumento pró-capitalista deve se apoiar em considerações de longo prazo. Em curto prazo, são os lucros e as ineficiências que dominam a paisagem. Para aceitar o seu destino, o igualitarista ou o cartista de outrora teria de se contentar em ter esperanças para os netos. Para se identificar com o sistema capitalista, o desempregado de hoje teria de esquecer completamente o seu destino pessoal; e o político de hoje, a sua ambição pessoal. Os interesses em longo prazo da sociedade estão tão profundamente incrustados nos estratos superiores da sociedade burguesa que

é perfeitamente natural que o povo os considere interesses exclusivos dessa classe. Para as massas, o que importa é a perspectiva a curto prazo. Como Luís xv, elas sentem *après nous le déluge*, e, do ponto de vista do utilitarismo individualista, esse sentimento é, claro está, perfeitamente racional.

Em terceiro lugar, há as inquietudes cotidianas e as expectativas de inquietudes com que todo o mundo tem de lutar em qualquer sistema social: os atritos e as decepções, os fatos desagradáveis maiores ou menores que machucam, incomodam ou frustram. Presumo que cada um de nós está mais ou menos habituado a atribuí-los inteiramente àquela parte da realidade que fica fora da sua pele, e a adesão *emocional* à ordem social – i.e., justamente aquilo que o capitalismo é constitucionalmente incapaz de produzir – é necessária para superar o impulso hostil com que reagimos a eles. Se não houver adesão emocional, esse impulso se desenvolve livremente e acaba se transformando em um elemento permanente da nossa estrutura psíquica.

Em quarto lugar, o padrão de vida cada vez mais elevado e, particularmente, o lazer proporcionado pelo capitalismo moderno ao operário que desfruta de pleno emprego... ora, não tenho necessidade de concluir a sentença ou de elaborar um dos argumentos mais antigos e indigestos e, infelizmente, também mais verdadeiros. O progresso secular que é dado por líquido e certo e unido à insegurança individual agudamente ressentida é, naturalmente, a melhor receita para engendrar a agitação social.

II. A sociologia do intelectual

Não obstante, nem a oportunidade de ataque nem as querelas reais ou simuladas bastam para produzir por si sós uma hostilidade ativa contra a ordem social, por mais que a favoreçam. Para que essa atmosfera se desenvolva, é mister a existência de grupos interessados em incentivar e organizar o ressentimento, em alimentá-lo, expressá-lo e dirigi-lo. Como mostrarei na Parte iv, a massa do povo nunca desenvolve opiniões definidas por iniciativa própria. E é ainda menos capaz de articulá-las e transformá-las em atitudes e ações coerentes. Pode unicamente seguir ou se recusar a seguir a grupo dirigente que se oferecer para liderá-la. Enquanto não descobrirmos os grupos

potentes qualificados para desempenhar esse papel, a nossa teoria da atmosfera de hostilidade ao capitalismo ficará incompleta.

Falando em termos genéricos, as condições favoráveis a uma hostilidade geral ou a um ataque específico ao sistema social tendem invariavelmente a fazer com que surjam grupos dispostos a explorá-las. Mas, no caso da sociedade capitalista, convém notar um fato suplementar: ao contrário de qualquer outro tipo de sociedade, o capitalismo cria, educa e subsidia, inevitavelmente e em virtude da própria lógica da sua civilização, um interesse especial pela agitação social.² A explicação desse fenômeno, que é tão curioso quanto importante, decorre da nossa argumentação do capítulo II, mas pode ficar mais reveladora com uma incursão à sociologia do intelectual.

1. Esse tipo não é fácil de definir. A dificuldade está no fato sintomático do caráter da espécie. Os intelectuais não são uma classe social no sentido em que o são os camponeses ou os operários industriais; eles vêm dos quatro cantos do mundo social, e grande parte das suas atividades consiste em se combater reciprocamente e em formar as pontas de lança de interesses de classe que não os seus. Entretanto, desenvolvem atitudes e interesses de grupo suficientemente fortes para levar grande parte deles a se comportar da maneira geralmente associada ao conceito de classes sociais. Uma vez mais, não podem ser definidos simplesmente como a soma total das pessoas com instrução superior; isso obliteraria as características mais importantes do tipo. Contudo, quem a tiver tido – e, salvo casos excepcionais, ninguém que não a teve – é um intelectual potencial; e o fato de a sua mente ser equipada de modo semelhante facilita-lhes a compreensão mútua e estabelece um vínculo. Tampouco atenderia o nosso propósito tornar o conceito equivalente à qualidade de membro das profissões liberais; por exemplo, os médicos ou advogados não são intelectuais no sentido relevante, a não ser que falem ou escrevam sobre temas alheios à sua competência profissional, coisa que, sem

2. Todo sistema social é sensível à revolta, e, em todo sistema social instigá-la é um bom negócio em caso de sucesso e, por isso, atrai tanto cérebros quanto músculos. Já era assim nos tempos feudais. Mas os nobres guerreiros que se rebelavam contra os seus superiores atacavam pessoas ou posições individuais. Não atacavam o sistema feudal como tal. E a sociedade feudal como um todo não apresentava tendências a estimular – intencionalmente ou não – ataques contra o seu próprio sistema social.

dúvida, eles fazem com frequência, principalmente os advogados. Todavia, há uma conexão íntima entre os intelectuais e as profissões. Porque *algumas* profissões – especialmente se incluímos o jornalismo – realmente pertencem quase inteiramente ao domínio do tipo intelectual; os membros de *todas* as profissões liberais têm a oportunidade de vir a ser intelectuais; e muitos intelectuais exercem uma profissão liberal para ganhar a vida. Enfim, uma definição estabelecida em oposição ao trabalho braçal seria excessivamente ampla.³ No entanto, a fórmula “clã dos escrevinhadores” do duque de Wellington me parece excessivamente restrita.⁴ Tanto quanto *hommes de lettres*.

Mas podíamos fazer coisa pior do que seguir o Duque de Ferro. Os intelectuais são, de fato, gente que exerce o poder da palavra falada e escrita, e uma das peculiaridades que os distingue dos outros oradores e escritores é a ausência de responsabilidade direta pelos negócios práticos. Essa característica em geral explica outra: a ausência de conhecimento de primeira mão, o qual só a experiência real pode dar. A terceira característica do intelectual é constituída pela atitude crítica, determinada tanto pela sua situação de espectador – na maior parte dos casos também de *outsider* – quanto pelo fato de a principal chance de ele se impor estar na sua capacidade real ou potencial de incomodar. A profissão do não profissional? Diletantismo profissional? Gente que fala de tudo porque não entende de nada? O jornalista de Bernard Shaw em *The Doctor's Dilemma*? Não, não. Eu não disse isso nem foi isso que quis dizer. Esse tipo de coisa seria mais falso que ofensivo. Desistamos de tentar definir com palavras e procuremos uma definição demonstrativa, “epidíctica”: no museu grego, podemos ver o objeto cuidadosamente rotulado. Os sofistas, os filósofos e os retóricos dos séculos v e iv a. C. – por mais que detestassem ser colocados no mesmo saco, pertenciam à mesma espécie – ilustram com primor o que quero dizer. O fato de praticamente todos eles serem professores não afeta em nada o valor da ilustração.

3 Para minha tristeza, descobri que o *Oxford English Dictionary* não registra o significado que desejo dar ao termo “intelectual”. Apresenta a acepção da expressão “um banquete de intelectuais”, mas em conexão com “poderes superiores do intelecto”, coisa que aponta para uma direção bem diferente. Fiquei desconcertado, como é natural, mas não consegui descobrir outra palavra que atendesse igualmente bem o meu propósito.

4 A expressão de Duke figura em *The Croker Papers* (ed. L. J. Jennings, 1884).

2. Ao analisar a natureza racionalista da civilização capitalista (capítulo 11), observei que o desenvolvimento do pensamento racional naturalmente precedeu em milhares de anos a ascensão da ordem capitalista; do mesmo modo – deixando de lado o mundo greco-romano –, encontramos intelectuais em épocas inteiramente pré-capitalistas, por exemplo, no reino dos francos e nos países nos quais este se dissolveu. Mas eles eram pouco numerosos; quase sempre religiosos, frades na maioria; e só uma parcela infinitesimal da população tinha acesso aos seus trabalhos escritos. Sem dúvida, os indivíduos fortes chegavam, ocasionalmente, a desenvolver pontos de vista inortodoxos e até mesmo a divulgá-los para públicos populares. No entanto, isso implicava antagonizar um ambiente rigorosamente organizado – do qual, ao mesmo tempo, era difícil escapar – e correr o risco de receber o tratamento reservado aos hereges. Mesmo assim, isso era quase impossível sem o apoio ou a conivência de um grande senhor ou chefe militar, como mostra a tática do missionário. No geral, pois, os intelectuais estavam sob controle, e rebelar-se contra a autoridade não era brincadeira, mesmo em tempos de desorganização e licença excepcionais, como durante a peste negra (em 1348 e depois).

Mas, se o mosteiro engendrou o intelectual do mundo medieval, foi o capitalismo que o libertou e lhe deu a imprensa. A lenta evolução do intelectual leigo foi meramente um aspecto desse processo; a coincidência do surgimento do humanismo com o do capitalismo é deveras surpreendente. Os humanistas eram principalmente filólogos, mas – e isso exemplifica bem um ponto mencionado acima – não tardaram a invadir os campos dos costumes, da política, da religião e da filosofia. Isso não se deveu unicamente ao conteúdo das obras clássicas que eles interpretavam juntamente com a gramática: o caminho entre a crítica do texto e a crítica da sociedade é mais curto do que parece. Sem embargo, o intelectual típico não achava a menor graça na ideia da fogueira que continuava à espera do herege. Em regra, tinha muito mais preferência pelas honrarias e o conforto. E tais coisas, afinal, só se obtinham dos príncipes temporais ou espirituais, ainda que os humanistas fossem os primeiros intelectuais a ter um público no sentido moderno. A atitude crítica se fortalecia a cada dia. Mas a crítica *social* – para além da implícita em certos ataques à Igreja Católica e, em particular, ao seu chefe – não floresceu em tais condições.

Não obstante, há mais de uma maneira de receber honrarias e emolumentos. A adulação e a subserviência geralmente são menos rendosas que as suas contrárias. Essa não foi uma descoberta de Aretino, mas nenhum mortal o superou na arte de explorá-la.⁵ Carlos V era um bom marido; mas, durante as suas campanhas, que o mantinham muitos meses longe de casa, vivia como um cavalheiro do seu tempo e da sua classe. Pois bem, o público – e o que mais importava a Carlos, a sua imperatriz – não precisava ficar sabendo de nada disso, contanto que os argumentos do tipo e do peso certos fossem devidamente entregues ao grande crítico da política e da moral. Carlos os pagava. Mas acontece que isso não era uma simples chantagem, que geralmente beneficia só uma parte e inflige grandes perdas à outra. Ele sabia por que pagava, posto que, sem dúvida, tivesse a possibilidade de impor o silêncio com métodos mais baratos e drásticos. Carlos nunca manifestou ressentimento. Pelo contrário, até se desviava do seu caminho para honrar o escritor. Obviamente, queria mais do que silêncio e, na realidade, recebia plena contrapartida dos presentes que dava.

3. De certo modo, pois, a pena de Aretino era mais forte que a espada. Mas, por ignorância talvez, não conheço exemplos comparáveis desse tipo nos 150 anos seguintes,⁶ durante os quais os intelectuais parecem não ter tido nenhum papel importante fora e independentemente das profissões estabelecidas, principalmente o direito e a Igreja. Ora, esse retrocesso coincide com o retrocesso da evolução capitalista ocorrido na maior parte dos países da Europa continental nesse conturbado período. E os intelectuais participaram da subsequente recuperação da empresa capitalista. O livro menos custoso, o jornal ou panfleto barato, juntamente com a ampliação do público, que em parte resultou dessa queda de preços, mas em parte foi um fenômeno independente devido ao acesso da burguesia industrial à riqueza e à influência e ao aumento incidental da importância política de uma opinião pública anônima – todos esses benefícios, assim como a remoção crescente dos entraves, são subprodutos do sistema capitalista.

⁵ Pietro Aretino, 1492-1556.

⁶ Na Inglaterra, porém, a extensão e a importância da literatura panfletária aumentaram muito no século XVII.

Nos primeiros três quartos do século XVIII, o mecenas individual perdeu vagarosamente a importância capital que tinha inicialmente na carreira do intelectual. Mas, pelo menos nos grandes sucessos, discernimos claramente a relevância crescente do novo elemento: o apoio do mecenas coletivo, o público burguês. Nesse e em todos os outros aspectos, Voltaire é um exemplo valioso. A sua própria superficialidade, que lhe possibilitou abranger tudo, da religião à óptica newtoniana, aliada a uma vitalidade indomável e a uma curiosidade insaciável, a uma ausência perfeita de inibições, a um instinto infalível e a uma aceitação total das tendências do seu tempo, tudo isso permitiu a esse crítico acrítico e poeta e historiador medíocre fascinar – e vender. Ele também especulou, enganou, aceitou regalos e sinecuras, mas sempre manteve a independência alicerçada na sólida base do seu sucesso com o público. Mais instrutiva ainda seria a discussão do caso e do tipo de Rousseau, posto que inteiramente diferentes.

Nos últimos decênios do século XVIII, um episódio impressionante evidenciou a natureza do poder de um intelectual *freelance* que trabalhava exclusivamente com o mecanismo sociopsicológico chamado opinião pública. Aconteceu na Inglaterra, que então era o país mais avançado na rota da evolução capitalista. É bem verdade que os ataques de John Wilkes ao sistema político inglês foram lançados em circunstâncias singularmente favoráveis; ademais, não se pode dizer que ele realmente haja derrubado o governo do conde de Bute, que nunca teve a menor chance e estava fadado a ruir por uma dezena de outros motivos; mas o *North Briton* de Wilkes foi a gota d'água que quebrou a espinha política do lorde Bute. O *North Briton* n. 45 foi a primeira descarga de uma campanha que garantiu a abolição dos mandados de prisão gerais e deu um grande passo rumo à liberdade de imprensa e às eleições. Isso não quer dizer que ele tenha feito história ou criado as condições para a mudança das instituições sociais, mas quer dizer, sim, que desempenhou o papel de uma ajudante de parteira.⁷ A incapacidade dos inimigos de Wilkes

⁷ Não temo que algum historiador da política ache que exagerei a importância do sucesso de Wilke. Mas receio a objeção ao fato de tê-lo chamado de *freelance* e à implicação de que ele tudo devia ao coletivo e nada a um mecenas individual. No início, Wilke foi, sem dúvida, incentivado por uma *coterie*. No entanto, creio que um exame mais detido admitirá que isso não teve importância decisiva e que todo o apoio e todo o dinheiro e as honrarias que ele obteve

le neutralizá-lo é o fato mais significativo de todo o episódio. Eles evidentemente tinham sob o seu comando todo o poder de um governo organizado. Mas algo os fez retroceder.

Na França, os anos anteriores à Revolução e a própria Revolução trouxeram o tabloide demagógico (Marat, Desmoulins), que, no entanto e ao contrário dos nossos, não desprezou inteiramente o estilo e a gramática. Mas precisamos nos apressar. O Terror e, mais sistematicamente, o Primeiro Império deram fim a isso. Seguiu-se então um período, interrompido pelo regime do *roi bourgeois*, de repressão mais ou menos enérgica que se prolongou até que o Segundo Império se sentisse obrigado a afrouxar as rédeas – aproximadamente no meado da década de 1860. Na Europa central e meridional, esse período teve mais ou menos a mesma duração, e, na Inglaterra, condições análogas prevaleceram do começo das guerras revolucionárias até a ascensão de Canning ao poder.

4. O fracasso das tentativas de sujeitar os intelectuais – algumas prolongadas e decididas – feitas nesse período por praticamente todos os governos europeus mostra como é impossível deter a maré dentro do arcabouço da sociedade capitalista. A história desses governos não é mais que a repetição, nas mais diferentes versões, da do governo inglês com Wilkes. Na sociedade capitalista – ou em uma sociedade que contenha um elemento capitalista de importância decisiva –, qualquer ataque aos intelectuais esbarra na fortaleza privada das economias burguesas, as quais, ou parte das quais, oferecem proteção aos perseguidos. Além disso, tal ataque deve ser feito em conformidade com os princípios burgueses de procedimento legislativo e administrativo, que, sem dúvida, pode ser dilatado e retorcido, mas impede a perseguição além de certo ponto. O estrato burguês pode aceitar ou até aplaudir a violência fora da lei quando está completamente irritado ou aterrorizado, mas só temporariamente. Em um regime puramente burguês, como o de Luís Filipe, as tropas podem abrir fogo contra os grevistas, mas a polícia não pode prender os intelectuais ou tem de soltá-los imediatamente; do contrário, o estrato burguês, ainda que reprove violentamente alguns dos seus atos, os apoia,

depois foram uma consequência e um tributo ao sucesso anterior e a uma posição adquirida independentemente junto ao público.

pois a liberdade que ele reprova não pode ser destruída sem também destruir a liberdade que ele aprova.

Observe-se que não atribuo à burguesia uma dose irrealista de generosidade ou idealismo. Tampouco realço indevidamente o que as pessoas pensam, sentem e querem – sobre cuja importância quase concordo com Marx, se bem que não inteiramente. Ao defender os intelectuais como grupo – claro que não cada indivíduo – a burguesia se defende a si própria e ao seu estilo de vida. Só um governo de natureza e credo não burgueses – nas circunstâncias modernas, só um governo socialista ou fascista – é suficientemente forte para discipliná-los. Para tanto, terá de alterar as instituições tipicamente burguesas e reduzir drasticamente a liberdade individual de *todas* as camadas sociais da nação. E é improvável que semelhante governo respeite as empresas privadas.

Isso explica a relutância e a incapacidade da ordem capitalista de controlar efetivamente o seu setor intelectual. A relutância em questão é a relutância em usar coerentemente métodos incompatíveis com a mentalidade plasmada pelo processo capitalista; a incapacidade é a de fazê-lo no quadro das instituições moldadas pelo processo capitalista e sem se submeter a normas não burguesas. Assim, por um lado, a liberdade de discussão pública que envolva a liberdade de mordiscar os fundamentos da sociedade capitalista é inevitável em longo prazo. Por outro, o grupo intelectual não pode deixar de mordiscá-los, pois vive da crítica e toda a sua posição depende da crítica mordaz; e a crítica das pessoas e dos fatos, em uma situação em que nada é sacrossanto, resulta fatalmente em crítica das classes e das instituições.

5. Algumas pinceladas completarão o quadro moderno. Citemos o aumento dos recursos; a elevação do padrão de vida e de lazer das massas que mudou e ainda está mudando a composição do mecenas coletivo cujos gostos o intelectual tem de atender; o barateamento ainda em curso do livro e do jornal e o conglomerado jornalístico em grande escala;⁸ e agora o rádio;

⁸ O surgimento e o crescimento até os nossos dias do conglomerado jornalístico em larga escala ilustram dois pontos que estou ansioso por frisar: os aspectos, relações e efeitos múltiplos de *tudo* elemento concreto do sistema social impedem as proposições simples e unilaterais, e a importância de distinguir os fenômenos de curto prazo dos de longo prazo, para os quais proposições diferentes e, às vezes, opostas são verdadeiras. O conglomerado jornalístico de larga escala é, na maior parte dos casos, simplesmente uma empresa capitalista com fins lucrativos.

almente, havia e há a tendência à supressão completa das restrições, desmi-
nando constantemente as tentativas de resistência de curto prazo com as
tais a sociedade burguesa se revela uma disciplinadora tão incompetente e,
vezes, tão infantil.

Não obstante, há outro fator. Um dos aspectos mais importantes dos
tágios tardios da civilização capitalista é a vigorosa expansão do aparato
lucacional e, particularmente, das instituições de ensino superior. Esse de-
envolvimento não era nem é menos inevitável que o desenvolvimento da
idade industrial de larguíssima escala,⁹ mas, diferentemente desta, foi e

Isso não implica que ele abrace os interesses capitalistas ou de qualquer outra classe. *Pode*
abraçá-los, mas só por um ou mais dos seguintes motivos, cuja limitada importância é óbvia:
porque é subsidiado por um grupo capitalista justamente para defender os seus interesses ou
opiniões – quanto maior for o conglomerado e suas vendas, tanto menor é a importância des-
se elemento; porque tem a intenção de vender a um público de gostos burgueses – isso, muito
importante até 1914, atualmente age em sentido contrário; porque os anunciantes preferem
utilizar um meio com que tenham afinidade – mas, na maior parte dos casos, eles encaram essa
questão de modo muito pragmático; porque os proprietários fazem questão de certa linha edi-
torial, independentemente do seu interesse nas vendas – até certo ponto, eles o fazem e espe-
cialmente o fizeram, mas a experiência ensina que não resistem quando o conflito com os seus
interesses pecuniários nas vendas é grave. Em outras palavras, o conglomerado jornalístico em
larga escala é um instrumento poderosíssimo para elevar a posição e aumentar a influência do
grupo intelectual, mas mesmo agora não está completamente sob o seu controle. Ele significa
emprego e um público amplo, mas também significa “amarras”. Isso tem importância princi-
palmente em curto prazo; quando luta por mais liberdade para fazer o que quiser, o jornalís-
ta individual pode ser derrotado facilmente. Mas esse aspecto de curto prazo – assim como a
lembança de grupo das situações passadas – é o que impregna a mente do intelectual e o que
determina as cores do quadro de escravidão e martírio que ele pinta para o público. Na reali-
dade, devia ser um quadro de conquista. Mas, neste e em muitos outros casos, conquista e vi-
tória são um mosaico composto de derrotas.

Atualmente, esse desenvolvimento é encarado pela maioria das pessoas do pondo de vista do
ideal de tornar as instituições de ensino de todo tipo disponíveis a todos os que se sentem in-
clinados a usá-las. Esse ideal é mantido com tanto vigor que quaisquer dúvidas a seu respeito
são consideradas quase universalmente como nada menos que indecentes, situação que os co-
mentários geralmente fúteis dos dissidentes não contribuem para melhorar. Na realidade, aqui
tropeçamos em uma série de problemas extremamente complexos de sociologia da educação
e de ideais educativos impossíveis de abordar sem transpor os limites deste esboço. Por isso
restringimos o parágrafo acima a duas trivialidades incontestáveis e esquivas que bastam para

fomentado de tal modo pela opinião e a autoridade públicas que avançou
muito mais do que teria avançado por impulso próprio. Independentemen-
te do que pensemos desse fenômeno a partir de outros pontos de vista e in-
dependentemente da sua causa precisa, várias consequências recaem sobre o
tamanho e a atitude do grupo intelectual.

Primeiramente, na medida em que a instrução superior aumenta e, com
ela, a oferta de serviços das profissões liberais, quase liberais e de todas as ati-
vidades de “colarinho branco” além do ponto determinado por considerações
de custo-rendimento da educação, pode surgir um caso particularmente im-
portante de desemprego setorial.

Em segundo lugar, juntamente com esse desemprego ou no lugar dele, ela
cria condições de emprego insatisfatórias: emprego em trabalhos de baixo pa-
drão ou com salários inferiores aos dos trabalhadores braçais mais bem pagos.

Terceiro, isso pode criar “inempregabilidade” de um tipo particularmen-
te desconcertante. O indivíduo que passou pela faculdade ou universidade
se torna com facilidade psiquicamente inempregável em ocupações braçais
sem ter necessariamente adquirido empregabilidade em uma profissão libe-
ral. Esse seu fracasso se deve ou à falta de capacidade natural – perfeitamente
compatível com a aprovação nos exames acadêmicos –, ou a deficiências do
ensino; e os dois casos passam a ocorrer, absoluta e relativamente, com mais
frequência à medida que cada vez mais pessoas são recrutadas para a instru-
ção superior e à medida que a quantidade de ensino requerida aumenta in-
dependentemente de quantos professores e acadêmicos a natureza resolveu
produzir. Descuidar disso e agir como se as escolas, as faculdades e as univer-
sidades fossem mera questão de dinheiro gera consequências tão óbvias que
é ocioso insistir nelas. Qualquer um que tenha a ver com seleção de pessoal e
seja qualificado para julgar a matéria conhece casos em que, em uma dezena
de candidatos a um emprego, todos formalmente qualificados, não se acha um
único capaz de exercer a função satisfatoriamente.

Todos os desempregados, os insatisfatoriamente empregados e os
inempregáveis se deslocam para as atividades em que os padrões são menos

os nossos propósitos. Mas, claro está, elas não solucionam os problemas maiores que temos de
deixar de lado e cuja ausência comprova a incompletude da minha exposição.

definidos ou em que têm importância aptidões ou conhecimentos de outro tipo. Eles engrossam a hoste de intelectuais no sentido estrito do termo, cujo número aumenta desproporcionalmente. Entram em um estado mental de insatisfação total. A insatisfação gera ressentimento. E este geralmente se racionaliza na crítica social que, como já vimos, é, em todo caso, a atitude típica do expectador intelectual para com os homens, as classes e as instituições, especialmente em uma civilização racionalista e utilitária. Ora, aqui estão os números; uma situação de grupo bem definida de coloração proletária; e um interesse de grupo a plasmar uma atitude grupal que explica muito mais realisticamente a hostilidade à ordem capitalista do que pode explicar a teoria – ela própria uma racionalização no sentido psicológico – segundo a qual a virtuosa indignação do intelectual com os males do capitalismo simplesmente representa a inferência lógica de fatos ultrajantes e não é melhor que a teoria dos amantes que pretendem que os seus sentimentos são a consequência lógica das virtudes do ser amado.¹⁰ Além disso, a nossa teoria também explica o fato de essa hostilidade aumentar, em vez de diminuir, com a realização da evolução capitalista.

Naturalmente, a hostilidade do grupo intelectual – que chega a ser a re-rovação moral da ordem capitalista – é uma coisa; e a atmosfera geral hostil que cerca o sistema capitalista, outra. Esta é o fenômeno realmente significativo; e, não sendo simplesmente o produto daquela, flui em parte de fontes independentes, algumas das quais foram mencionadas acima; à medida que o faz, é a matéria-prima com a qual o grupo intelectual trabalha. Entre as duas, há relações de toma lá dá cá que a escassez de espaço me impede de elucidar. Todavia, os contornos gerais de semelhante análise são suficientemente óbvios, e creio que basta repetir que o papel do grupo intelectual consiste principalmente em estimular, dar-lhe energia e expressão verbal e organizar o material constituído pelos descontentes e só secundariamente em lhe acrescentar algo. Alguns aspectos particulares ilustram o princípio.

10. O leitor há de observar que essas teorias seriam irrealistas mesmo que os fatos do capitalismo ou as virtudes do bem-amado fossem de fato aquilo que a crítica social ou o amante acredita que são. Também convém notar que, na esmagadora maioria dos casos, tanto os críticos quanto os amantes são obviamente sinceros; em regra, nem o mecanismo psicossociológico nem o psicofísico entra na ribalta do ego, a não ser mascarado de sublimação.

6. A evolução capitalista produz um movimento operário que, obviamente, não é criação do grupo intelectual. Mas não surpreende que o movimento e o demiurgo intelectual se encontrem. O sindicalismo nunca desejou liderança intelectual, mas os intelectuais invadiram a política sindical. E tiveram uma importante contribuição a fazer: verbalizaram o movimento, forneceram-lhe teorias e *slogans* – guerra de classes é um ótimo exemplo –, deram-lhe autoconsciência e, ao fazê-lo, modificaram-lhe o significado. Ao executar essa tarefa a partir do seu ponto de vista, eles naturalmente o radicalizaram e, enfim, imprimiram uma tendência revolucionária às práticas sindicais mais burguesas, tendência que a maioria dos dirigentes não intelectuais ressentiram muito no início. Mas havia outro motivo para isso. Ao escutar o intelectual, o operário tem quase invariavelmente consciência de um abismo intransponível ou mesmo de uma rematada desconfiança. Para dominá-lo e competir com as lideranças não intelectuais, o intelectual é levado a tomar rumos inteiramente desnecessários para aquelas, que podem se dar ao luxo de falar sem reservas. Carecendo de autoridade genuína e sempre correndo o risco de que o mandem não se meter com o que não é da sua conta, o intelectual é obrigado a adular, prometer e incitar; a alimentar alas esquerdistas e minorias ressentidas, a defender casos duvidosos e submarginais, a apelar para o extremismo, a se declarar disposto a obedecer; em suma: é obrigado a se comportar com as massas exatamente como os seus predecessores se comportavam primeiramente com os superiores eclesiásticos, depois com os príncipes e os outros protetores individuais e, mais recentemente, com o senhor coletivo de compleição burguesa.¹¹ Assim, conquanto não tenham criado o movimento operário, os intelectuais o transformaram em algo substancialmente diferente do que seria sem eles.

A atmosfera social, para cuja teoria vimos acumulando pedras e cimento, explica por que a política pública se mostra cada vez mais hostil aos interesses capitalistas, a ponto de enfim se recusar por princípio a levar em conta as exigências do regime capitalista e de se tornar um grave obstáculo ao seu funcionamento. Entretanto, as atividades do grupo intelectual têm com a política anticapitalista uma relação mais direta do que se deduz da sua participação

¹¹ Tudo isso será ilustrado e mais desenvolvido na Parte v.

a formulação dessa política. Os intelectuais raramente se tornam políticos profissionais e mais raramente ainda ocupam cargos de responsabilidade. Em compensação, trabalham nos politburos, escrevem panfletos e discursos partidários, atuam como secretários e conselheiros, criam a reputação jornalística do político individual, que, embora não seja tudo, pouca gente pode se dar ao luxo de abrir mão dela. Fazendo tais coisas, eles imprimem até certo ponto a sua mentalidade a quase tudo que se faz.

A influência efetivamente exercida varia muito, conforme a situação do grupo político, desde a mera formulação até a viabilização ou inviabilização política de uma medida. Mas sempre há muito campo de ação para ela. Quando vemos que os políticos e os partidos individuais são expoentes de interesses de classe, estamos, na melhor das hipóteses, enfatizando só a metade da verdade. A outra metade, tão importante quanto ou até mais, se evidencia quando consideramos que a política é uma profissão que envolve interesses próprios – interesses que podem colidir ou coincidir com os dos grupos “representados” por um homem ou um partido.¹² A opinião individual e a partidária são, mais que qualquer outra coisa, sensíveis aos fatores da situação política que afetam diretamente a carreira ou a posição do indivíduo ou partido. Alguns deles são controlados pelo grupo intelectual mais ou menos do mesmo modo que o código moral de uma época que exalta a causa de alguns interesses e relega a dos outros tacitamente ao esquecimento.

Por fim, a atmosfera social ou código de valores afeta não só as políticas – espírito da legislação –, como também a prática administrativa. Porém, mais vez mais, também há uma relação mais direta entre o grupo intelectual e a burocracia. As burocracias da Europa são de origem pré-capitalista extracapitalista. Entretanto, por mais que a sua composição tenha mudado no transcorrer dos séculos, elas nunca se identificaram totalmente com as burguesias, os seus interesses ou o seu esquema de valores, e nunca viram nela muito mais do que um ativo a ser administrado no interesse do monarca ou da nação. Com exceção de certas inibições devidas à sua capacitação e

¹² Isso, naturalmente, também se aplica aos próprios intelectuais com relação à sua classe de origem ou à que eles pertencem econômica e culturalmente. Retomaremos essa questão no capítulo 23.

experiência profissionais, os burocratas estão, pois, expostos a uma conversão pelo intelectual moderno, com o qual, por meio de uma educação parecida, têm muito em comum,¹³ ao passo que o espírito de casta dos funcionários públicos, que em muitos casos erguia uma barreira entre eles e os intelectuais, desapareceu nas últimas décadas. Ademais, nas épocas de rápida expansão da esfera da administração pública, grande parte do pessoal adicional requerido tem de ser recrutada diretamente no grupo intelectual – como mostra o caso dos Estados Unidos.

¹³ Para exemplos, cf. cap. 26.

DECOMPOSIÇÃO

I. CONFRONTADOS COM A HOSTILIDADE crescente do meio ambiente e com as práticas legislativa, administrativa e judicial oriundas dessa hostilidade, os empresários e capitalistas – aliás, todo o estrato que aceita a forma de vida burguesa – finalmente acabam deixando de atuar. Os seus objetivos normais passam rapidamente a ser inatingíveis; e o seu esforço, fútil. A mais glamorosa dessas metas burguesas, a fundação de uma dinastia industrial, já se tornou inatingível na maioria dos países, e mesmo as mais modestas são tão difíceis de alcançar que tendem a deixar de ser consideradas dignas da luta à medida que se percebe mais nitidamente a persistência dessas condições hostis.

Tendo em conta o papel da motivação burguesa na explicação da história da economia dos últimos dois ou três séculos, a sua asfixia pelas reações desfavoráveis da sociedade ou a sua fragilização pelo desuso constitui-se, sem dúvida, em um fator adequado para explicar o fracasso do processo capitalista – desde que o observemos como um fenômeno permanente – e muito mais relevante que qualquer um dos apresentados pela teoria do desaparecimento da oportunidade de investimento. De modo que é interessante observar que aquela motivação não só é ameaçada por forças externas à mentalidade burguesa, como também tende a desaparecer devido a causas internas. Naturalmente,

há uma estreita interdependência entre as duas ordens de fatores. Mas não podemos chegar ao verdadeiro diagnóstico se não tentarmos destrinchá-las.

Já nos ocupamos de uma dessas “causas internas”. Eu a denominei “evaporação da substância da propriedade”. Vimos que, normalmente, o homem de negócios moderno, seja o empresário, seja o administrador, é do tipo executivo. Da lógica da sua posição, ele adquire algo da psicologia do empregado assalariado em atividade em uma organização burocrática. Sendo ele acionista ou não, a sua vontade de lutar e de resistir não é nem pode ser igual à do homem que conhecia a propriedade e as suas responsabilidades no sentido mais pleno dessas palavras. Seu sistema de valores e sua concepção de dever passam por uma mudança profunda. É claro que os meros acionistas já não têm a menor importância – independentemente da redução da sua participação pelo Estado regulador e tributador. Assim, o conglomerado moderno, mesmo sendo produto do processo capitalista, socializa a mentalidade burguesa; estreita implacavelmente o escopo da motivação capitalista; e, ademais, enfim mata as suas raízes.¹

2. Não obstante, há outra “causa interna” ainda mais importante: a desintegração da família burguesa. Os fatos a que aludo são demasiado conhecidos para precisar de explicação minuciosa. Para os homens e as mulheres das sociedades capitalistas modernas, a vida familiar e a paternidade significam menos do que significavam outrora e, por isso, são modeladoras de comportamento menos profundas; o filho ou a filha rebelde que professa desprezo pelos padrões “vitorianos” expressa, ainda que incorretamente, uma verdade inegável. O peso desses fatos não fica prejudicado pela nossa incapacidade de mensurá-los estatisticamente. A taxa de nupcialidade nada prova, pois a palavra casamento abrange tantos significados sociológicos quando o termo propriedade, e o tipo de aliança que costumava se formar

pelo contrato de casamento pode desaparecer completamente sem nenhuma alteração na construção jurídica ou na frequência do contrato. Tampouco a taxa de divórcio é mais significativa. Não importa quantos casamentos se dissolvem por decisão judicial: o que importa é o número de uniões que carecem do conteúdo essencial do modelo antigo. Se, na nossa era estatística, os leitores fizerem questão de uma mensura estatística, a proporção de casamentos sem filhos ou com filho único, posto que ainda inadequado para quantificar o fenômeno a que me refiro, pode se aproximar tanto quanto esperamos de indicar a sua importância numérica. Atualmente, o fenômeno se estende a mais ou menos todas as classes. Mas surgiu primeiramente no estrato burguês (e intelectual) e, para os nossos fins, é inteiramente nessa classe que reside o seu valor sintomático e também causal. O fenômeno é totalmente atribuível à racionalização de tudo na vida, que, como vimos, é um dos efeitos da evolução capitalista. Aliás, é um dos resultados da passagem da racionalização para a esfera da vida privada. Todos os outros fatores geralmente citados à guisa de explicação podem se reduzir prontamente a esse.

Tão logo homens e mulheres aprendem a lição utilitária e se recusam a aceitar a vigência das convenções tradicionais para eles criadas pelo meio social, tão logo adquirem o hábito de ponderar as vantagens e desvantagens de qualquer curso de ação plausível – ou, como também se pode dizer, tão logo introduzem na vida privada uma espécie de sistema inarticulado de contabilidade de custos –, eles não podem deixar de ter consciência dos pesados sacrifícios pessoais impostos, nas circunstâncias atuais, pelos vínculos familiares, especialmente pelo da paternidade e, ao mesmo tempo, do fato, salvo no caso dos agricultores e camponeses, de os filhos terem deixado de ser um ativo econômico. Esses sacrifícios não consistem somente nos itens mensuráveis pela régua monetária, também incluem uma quantidade enorme de perda de conforto, de sossego, de oportunidade de desfrutar alternativas cada vez mais atraentes e variadas – alternativas a serem comparadas com as alegrias da paternidade, que vêm sendo submetidas a uma análise crítica cada vez mais rigorosa. Longe de ser fragilizada, a consequência disso é fortalecida pelo fato de o balanço das vantagens e desvantagens estar provavelmente incompleto, talvez mesmo redondamente equivocado. Porque o maior ativo, a contribuição feita pela paternidade para a saúde física e moral – para a “normalidade”,

¹ Muitos negam isso. E o fazem porque derivam a sua impressão do passado e dos *slogans* gerados pela história quando a grande transformação institucional operada pela grande sociedade anônima ainda não se havia manifestado. Também é possível que eles pensem no espaço que a manipulação das sociedades anônimas costumava dar à satisfação ilegal das ambições capitalistas. Mas isso joga água no meu moinho: o fato de, nas sociedades anônimas, o ganho pessoal – à parte salário e gratificações – só poder ser obtido mediante práticas ilegais ou semi-ilegais mostra exatamente que a ideia estrutural dessas sociedades se opõe a isso.

pode-se dizer —, particularmente no caso das mulheres, escapa quase invariavelmente ao foco racional dos indivíduos modernos que, tanto na vida privada quanto na pública, tende a centrar a atenção em detalhes verificáveis de relevância utilitária imediata e a zombar da ideia de necessidades ocultas da natureza humana ou do organismo social. O ponto que desejo frisar está, creio eu, claro sem necessidade de mais explicação. Pode ser resumido na pergunta que se apresenta tão claramente no espírito de muitos pais ou mães potenciais: "Por que sacrificar as nossas ambições e empobrecer a nossa vida para ser insultados e desprezados na velhice?"

Ao mesmo tempo que o processo capitalista, em virtude da atitude psicológica que cria, esfuma progressivamente os valores da vida familiar e elimina as inibições de consciência que a antiga tradição moral poria no caminho de uma forma diferente de vida, ele fomenta novos gostos. No tocante à infertilidade voluntária, a criatividade capitalista produz anticoncepcionais cada vez mais eficazes que superam a resistência do mais forte dos impulsos humanos. No tocante ao estilo de vida, a evolução capitalista diminui a desejabilidade do lar familiar burguês e cria alternativas a ele. Acima chamei a atenção para a evaporação da propriedade industrial; agora me cabe chamá-la para a evaporação da propriedade dos bens de consumo.

Até os últimos decênios do século XIX, a casa urbana e a casa de campo eram, em toda parte, não só os recantos agradáveis e convenientes da vida privada das classes abastadas, como também indispensáveis. Tanto a hospitalidade em qualquer escala e em qualquer estilo como o próprio conforto, a dignidade, o repouso e a sofisticação da família dependiam da posse de um *foyer* provido dos empregados domésticos adequados. Assim, a organização condensada na palavra "lar" era aceita como natural pela média dos homens e mulheres de *status* burguês, exatamente como se consideravam naturais o casamento e os filhos: a "fundação de uma família".

Atualmente, por um lado, as amenidades do lar burguês estão ficando menos óbvias do que o seu ônus. Aos olhos críticos de uma época crítica, é provável que ele seja visto sobretudo como uma fonte de aborrecimentos e despesas que raramente conseguem se justificar. Isso seria assim independentemente dos impostos, dos salários e das atitudes do estafe doméstico modernos, os quais são resultados típicos do processo capitalista e, naturalmente,

reforçam muito a má vontade para com um modo de vida que, no futuro próximo, será quase universalmente reconhecido como antiquado e antieconômico. Nesse aspecto, como em outros, estamos vivendo uma fase transitória. A família burguesa média tende a reduzir as dificuldades de administrar a enorme casa urbana e a não menos espaçosa casa de campo, substituindo-as por estabelecimentos pequenos e mecanizados e pelo máximo de serviço externo à vida externa, transferindo a hospitalidade para o restaurante ou o clube.

Por outro lado, o lar do tipo antigo já não é um requisito indispensável da vida confortável e refinada na esfera burguesa. O prédio de apartamentos e o hotel residencial representam um tipo racionalizado de moradia e outro estilo de vida que, quando estiver plenamente desenvolvido, atenderá, sem dúvida, a nova situação e suprirá todos os acessórios de conforto e requinte. Decerto, nem esse estilo nem a sua concha estão plenamente desenvolvidos em parte alguma e, por ora, só oferecem vantagem no custo se levarmos em conta os incômodos e inconvenientes inerentes à administração de um lar moderno. Mas já oferecem outras vantagens: a facilidade do uso pleno da grande variedade de distrações modernas, do viajar, da mobilidade rápida, da possibilidade de transferir a carga das coisinhas miúdas da existência para os musculosos ombros dos serviços altamente especializados.

É fácil ver que, nos estratos superiores da sociedade capitalista, isso por sua vez é relevante para os problemas dos filhos. Uma vez mais, há interação: o desaparecimento do lar espaçoso — o único em que se pode desdobrar a rica existência de uma família numerosa — e o atrito crescente com que ela funciona constituem-se em mais um motivo para evitar as preocupações da paternidade,¹ mas o declínio do desejo de procriar torna menos desejável a casa ampla.

Já disse que, por enquanto, o novo estilo de vida burguesa não oferece nenhuma vantagem decisiva em termos de custo. Mas isso se refere apenas aos custos correntes da satisfação das necessidades da vida privada. Quanto às despesas gerais, mesmo a vantagem puramente pecuniária já é óbvia. E, à medida que os gastos com os elementos mais duráveis da vida familiar — especialmente a casa, os quadros, a mobília — costumavam ser financiados principalmente

¹ Em parte, as relações modernas entre pais e filhos são naturalmente condicionadas pela desintegração dessa sólida estrutura da vida familiar.

com as rendas anteriores, podemos dizer que o processo reduz drasticamente a necessidade de acumulação de "capital de bens de consumo". É claro que isso não significa que, atualmente, a demanda de "capital de bens de consumo" seja menor do que era, ainda que relativamente; a demanda crescente de bens de consumo duráveis por parte das rendas pequena e média mais do que contrabalança esse efeito. Mas significa, no que diz respeito ao componente hedonista do padrão de motivos aquisitivos, que a desejabilidade das rendas superiores a certo nível diminuiu. Para se convencer disso, basta o leitor visualizar a situação com espírito totalmente prático; o homem ou casal bem-sucedido ou o homem ou casal da "sociedade" que pode pagar a melhor acomodação disponível em hotel, navio e trem e os objetos de consumo e uso pessoal da melhor qualidade disponível – os quais provêm cada vez mais da esteira rolante da produção em série – terá,³ sendo as coisas o que são, tudo quanto ele deseja *para si* com certa intensidade. E é fácil ver que um orçamento estabelecido sobre essas bases é muito inferior ao correspondente às exigências de um estilo de vida "senhorial".

3. Para saber o que tudo isso significa para a eficiência do sistema capitalista, basta lembrar que a família e o lar familiar costumavam ser a mola propulsora da motivação do lucro tipicamente burguês. Nem sempre os economistas deram a devida importância a esse fato. Quando examinamos mais detidamente a sua ideia de interesse próprio dos empresários e capitalistas, não podemos deixar de constatar que o resultado que esse interesse supostamente devia produzir não coincidia absolutamente com o que era de esperar do interesse próprio racional dos indivíduos isolados ou dos casais sem filhos que já não olham para o mundo pelas janelas de um lar familiar. Consciente ou inconscientemente, esses economistas analisaram o comportamento do homem cujas opiniões e motivações são plasmados por tal lar e que pensa em trabalhar e poupar principalmente para a esposa e os filhos. Quando essas motivações se esvanecem na visão moral do homem de negócios, surge diante de

3 O efeito sobre o orçamento do consumidor da disponibilidade crescente de artigos produzidos em massa se acentua com a diferença de preço entre eles e os artigos correspondentes feitos por encomenda, que aumenta em virtude da elevação dos salários *pari passu* com o declínio da desejabilidade relativa destes; o processo capitalista democratiza o consumo.

um tipo diferente de *homo oeconomicus*, que se interessa por coisas diferentes e de modo diferente. Para ele e do ponto de vista do seu utilitarismo individualista, o comportamento do tipo antigo seria, de fato, completamente irracional. Ele perde o único tipo de romantismo e heroísmo que resta na civilização antirromântica e anti-heroica do capitalismo: o heroísmo do *navigare necesse est, vivere non necesse est*.⁴ E perde a ética capitalista que exorta ao trabalho para o futuro, independentemente de colher ou não os seus frutos.

O último ponto pode ser expresso de modo mais revelador. No capítulo anterior, observou-se que a ordem capitalista confia os interesses de longo prazo da sociedade aos estratos superiores da burguesia. Na realidade, confia-os à motivação familiar inerente a esses estratos. A burguesia trabalhava primordialmente para investir, e era menos pelo padrão de consumo que pelo padrão de acumulação que lutava, tentando defendê-lo dos governos movidos por considerações de curto prazo.⁵ Com o declínio da força propulsora fornecida pela motivação familiar, o horizonte temporal do homem de negócios fica reduzido, aproximadamente, à sua expectativa de vida. E agora é possível que ele se mostre menos disposto que antes a exercer a função de ganhar, poupar e investir, mesmo que não tenha por que temer que o resultado não sirva para inflar os impostos a pagar. Adota uma mentalidade hostil à poupança e aceita cada vez mais facilmente as *teorias* antipoupança características de uma *filosofia* de curto prazo.

Mas o homem de negócios não se limita a aceitar tais teorias. Tomando uma atitude diferente para com a empresa em que trabalha e adotando um programa de vida privada diferente, ele tende a adquirir uma visão diferente dos valores e padrões da ordem de coisas capitalista. A característica mais surpreendente do quadro é, talvez, a extensão em que a burguesia, além de educar os seus próprios inimigos, se deixa educar por eles. Ela absorve os *slogans* do radicalismo em voga e parece bastante disposta a passar por um processo de conversão a um credo hostil à sua própria existência. Vacilante e de

4 "Navegar é preciso, viver não é preciso". Inscrição em uma velha casa de Bremen.

5 Dizem que, em matéria econômica, "o Estado pode adotar o ponto de vista do prazo mais longo". Mas, salvo em certas matérias alheias à política partidária, como a conservação dos recursos naturais, ele dificilmente o adota.

má vontade, resigna-se parcialmente com as implicações desse credo. Isso seria deveras surpreendente e difícil de explicar, não fosse o fato de o burguês típico estar perdendo rapidamente a fé no seu próprio credo. E isso, por sua vez, se torna plenamente compreensível quando nos damos conta do lento desaparecimento das condições sociais que originaram esse credo.

A própria maneira característica como os interesses capitalistas específicos e a burguesia como um todo se comportam ao enfrentar um ataque direto confirma essa tese. Eles falam e argumentam – ou contratam quem fale e argumente por eles; agarram-se a toda chance de acomodação; estão sempre dispostos a ceder; jamais travam combate sob a bandeira dos seus próprios ideais e interesses – em parte alguma dos Estados Unidos houve resistência real à imposição de encargos financeiros massacrantes durante a década passada nem à legislação trabalhista incompatível com a administração eficaz da indústria. Ora, como o leitor certamente há de saber agora, estou longe de superestimar o poder político da grande empresa ou da burguesia em geral. E, além disso, me disponho a fazer grandes concessões à covardia. Porém, mesmo assim, até agora não lhes faltaram meios de defesa, e a história está repleta de exemplos de triunfo de pequenos grupos que, acreditando na sua causa, se empenharam em lutar até o fim. A única explicação para tanta docilidade é que a ordem burguesa já não tem sentido para a própria burguesia e que, portanto, pouco importa quando tudo se diz e nada se faz.

Assim, o mesmo processo econômico que solapa a posição da burguesia diminuindo a importância das funções dos empresários e capitalistas, desfazendo-se dos estratos e das instituições protetores e criando uma atmosfera de hostilidade também decompõe por dentro as forças motoras do capitalismo. Nada mostra tão bem que a ordem capitalista não só se apoia em pilares feitos de material extracapitalista, como também deriva a sua energia de padrões de comportamento extracapitalistas que, ao mesmo tempo, ela está fadada a destruir.

Redescobrimos aquilo que, a partir de diferentes pontos de vista e, segundo me parece, arrimado em bases inadequadas, já foi descoberto várias vezes: o sistema capitalista tem uma tendência inerente à autodestruição que, nos estágios iniciais, pode perfeitamente se manifestar como uma tendência a retardar o progresso.

Não vou me deter para reiterar que os fatores objetivos e subjetivos, econômicos e extraeconômicos, reforçando-se mutuamente em um imponente concerto, contribuem para esse resultado. Tampouco vou me demorar a mostrar o que já deve ser óbvio e ficará ainda mais óbvio nos capítulos subsequentes, a saber, que esses fatores engendram não só a destruição da civilização capitalista, como o surgimento da socialista. Todos eles apontam para essa direção. O processo capitalista não só destrói o seu arcabouço institucional, como cria as condições para outro. Destruição pode não ser a palavra certa afinal. Talvez deva falar em transformação. O resultado do processo não é simplesmente um vazio que se possa preencher com o que quer que venha a dar as caras; as coisas e as almas se transformam de modo a se tornarem cada vez mais propensas à forma de vida socialista. Com cada ponto de apoio que se retira da base da estrutura capitalista, desaparece uma impossibilidade do plano socialista. A ideia de Marx estava correta nesses dois aspectos. Também podemos concordar com ele em vincular a transformação social específica que estamos presenciando a um processo econômico que funciona como o seu motor principal. Afinal, aquilo que a nossa análise, se estiver correta, refuta é de importância secundária, por essencial que seja o seu papel no credo socialista. No fim, não há tanta diferença como se pode imaginar entre dizer que o crepúsculo do capitalismo se deve ao seu sucesso ou dizer que se deve ao seu fracasso.

Mas a nossa resposta à pergunta que serve de título a esta parte coloca muito mais problemas do que os resolve. Considerando o que se segue neste livro, o leitor não deve perder de vista:

Primeiramente, que, até aqui, nada sabemos do tipo de socialismo que porventura surgirá no futuro. Para Marx e para a maior parte dos seus seguidores – e essa é uma das piores deficiências da sua doutrina –, o socialismo significava uma coisa muito bem definida. Mas ocorre que essa definição não vai além da noção de nacionalização da indústria, e, com esta, pode-se considerar compatível com uma enorme variedade de possibilidades econômicas e culturais.

Em segundo lugar, que até agora tampouco sabemos ao certo o modo pelo qual se deve esperar que o socialismo chegue, mas que há uma grande quantidade de possibilidades que vão desde a burocratização gradual até a mais pitoresca revolução. Falando em termos rigorosos, não sabemos sequer

se o socialismo virá para ficar. Repetindo: perceber uma tendência e visualizar o seu objetivo é uma coisa, e prever que esse objetivo será deveras atingido e que o estado de coisas resultante será viável e até permanente é outra muito diferente. Antes de se asfixiar (ou se deleitar) na masmorra (ou no paraíso) do socialismo, a humanidade pode muito bem se consumir nos horrores (ou nas glórias) das guerras imperialistas.⁶

Em terceiro lugar, que os vários componentes da tendência que estamos tentando descrever, posto que discerníveis em toda parte, não se revelaram completamente até agora. As coisas progrediram em escalas diferentes nos diversos países, mas em nenhum deles avançaram a ponto de nos autorizar a dizer com segurança até onde elas vão precisamente ou a afirmar que a sua "tendência subjacente" se fortaleceu muito para estar sujeita a algo mais grave que retrocessos temporários. A integração industrial está longe de se completar. A concorrência, real e potencial, ainda é um fator relevante em qualquer situação econômica. A empresa continua ativa, a liderança do grupo burguês segue sendo a força motriz do processo econômico. A classe média ainda é uma potência política. As normas e as motivações burguesas, embora cada vez mais debilitadas, continuam vivas. A sobrevivência das tradições – e propriedade familiar de carteiras de ações majoritárias – ainda faz com que muitos executivos se comportem como o gerente-proprietário de outrora. A família burguesa não pereceu; aliás, apegase à vida com tanta tenacidade que, até agora, nenhum político responsável ousou tocá-la por nenhum método que não o da tributação. Tanto do ponto de vista da prática imediata quanto para fins de uma previsão em curto prazo – e nessas coisas um século um "curto prazo" –⁷ todos esses fenômenos de superfície podem ser mais importantes que a tendência a outra civilização que trabalha vagarosamente nas profundezas.

⁶ Escrito no verão de 1935.

⁷ Eis porque os fatos e argumentos apresentados neste e nos dois capítulos anteriores não invalidam o meu raciocínio a respeito dos possíveis resultados econômicos de mais de cinquenta anos de evolução capitalista. A década de 1930 pode perfeitamente ter sido o derradeiro suspiro do capitalismo – naturalmente, a guerra atual aumenta muito a probabilidade de que tenha sido. Mas repito que não foi. Em todo caso, não há razões puramente econômicas que impeçam o capitalismo de transpor com sucesso uma nova etapa, e essa é a única coisa que quis demonstrar.

PARTE III

O CAPITALISMO PODE FUNCIONAR?